Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FELIÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

SECRETARIA E/OU DIVISÃO
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

TIPO DE LICITAÇÃO
Menor Preço Unitário

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

PRAZO DE VIGÊNCIA
12 (doze) meses.

VALOR

R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos acompanhados de Nota Fiscal e certidões de regularidade Fiscal e Trabalhista.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Artigo 72, inciso I, da Lei N° 14133/21

Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**

PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos desempenha um papel essencial na manutenção de áreas públicas e na conservação de espaços urbanos. Entre suas atribuições, destaca-se a necessidade de realizar periodicamente a poda e o corte de gramados em praças, parques, canteiros e outros espaços públicos. Essa atividade é crucial para garantir um ambiente limpo, organizado e seguro para a população, além de contribuir para a preservação ambiental e o embelezamento da cidade.

Atualmente, o município enfrenta desafios com equipamentos obsoletos e insuficientes para atender à demanda crescente por manutenção de áreas verdes. O uso de equipamentos antigos tem acarretado custos elevados de manutenção, além de comprometer a eficiência operacional das equipes responsáveis por essa atividade. Assim, a aquisição de um cortador de grama giro zero, com tecnologia moderna e capacidade operacional adequada, é fundamental para atender às necessidades do município de forma ágil e eficiente.

O modelo giro zero se destaca por sua alta manobrabilidade e eficácia em espaços que exigem maior precisão no corte. Essa característica permite realizar o trabalho em menor tempo e com maior qualidade, reduzindo custos operacionais e aumentando a satisfação dos munícipes. Ademais, a aquisição desse equipamento representa um investimento estratégico na modernização da frota e na melhoria das condições de trabalho dos servidores.

Por fim, a implantação do cortador de grama giro zero no cotidiano das operações da Secretaria é coerente com as diretrizes de sustentabilidade e eficácia da gestão pública, atendendo às demandas da população de forma responsável e planejada.

2

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

A demanda inicial é para a aquisição de 01 (um) cortador de grama giro zero, considerando que este equipamento será suficiente para atender as necessidades operacionais prioritárias da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Essa definição baseia-se em estudos internos e na avaliação das áreas que necessitam de manutenção regular, bem como na capacidade técnica do equipamento proposto.

O equipamento será utilizado em regime de trabalho intenso, abrangendo tanto a manutenção de gramados em praças e parques quanto em outras áreas urbanas com vegetação rasteira. Considerando a especificidade e o volume de serviços, o modelo giro zero foi identificado como o mais adequado para atender às necessidades, devido à sua robustez, facilidade de manobra e alta produtividade.

A aquisição de apenas uma unidade foi planejada com base na expectativa de utilização eficiente do equipamento, aliado às medidas de manutenção preventiva e corretiva que garantirão sua longevidade. A definição de uma quantidade inicial também reflete a responsabilidade na alocação de recursos públicos e a possibilidade de avaliar, no futuro, a necessidade de expansão da frota.

Portanto, a estimativa das quantidades foi definida com base em critérios técnicos e na análise do custo-benefício, buscando atender às demandas do município de forma eficiente e racional.

Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE	QTDE	UNIDADE	PRODUTO / SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	EQUIP	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **Acionamento das lâminas:** embreagem elétrica; **Métodos de corte:** coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; **Material da plataforma de corte:** em aço; Três lâminas; **Velocidade da lâmina:** 93,9 m/s;	R$ 66.166,00	R$ 66.166,00

			Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; **Material do eixo:** Ferro fundido. **Motor Potência mínima:** 24HP; **Cilindros:** 2; **Deslocamento do cilindro:** 726cm³; **Resfriamento do motor:** a ar; **Tipo de lubrificante:** pressão cheia; **Tipo de combustível:** gasolina; **Volume mínimo do tanque de combustível:** 15 Litros; **Localização do tanque de combustível:** lateral; **Velocidade máxima:** 13,7 km/h. **Direção:** Hidrostática; **Altura desde a base do equipamento:** 106,68cm; **Comprimento desde a base do equipamento:** 191,77cm; **Área de corte recomendada:** 100.000m²; **Produtividade média:** 11261 m²/h;		
				TOTAL	**R$ 66.166,00**

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

Foi realizada uma pesquisa de preços junto a três fornecedores do ramo de equipamentos para jardinagem e manutenção de áreas verdes, buscando identificar o valor médio de mercado para o cortador de grama giro zero. Os fornecedores consultados foram selecionados com base em sua reputação, experiência no mercado e localização estratégica.

A partir dessas informações, foi calculado o preço médio de mercado em R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais). Esse valor servirá de referência para a elaboração do processo de contratação, garantindo transparência e adequação às normas legais.

A pesquisa de preços também teve como objetivo assegurar que a contratação ocorra dentro de parâmetros competitivos e justos, promovendo o uso eficiente dos

recursos públicos. O levantamento demonstra a viabilidade econômica da aquisição e respalda a justificativa apresentada.

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DO SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A aquisição do cortador de grama giro zero é considerada prioritária, com previsão de execução imediata. Essa necessidade decorre da urgência em atender às demandas atuais de manutenção de áreas verdes no município, especialmente considerando o aumento do volume de serviços durante períodos de maior crescimento da vegetação.

A aquisição imediata também está alinhada à disponibilidade orçamentária da Secretaria, que já reservou os recursos necessários para essa contratação. Além disso, o cronograma operacional das equipes de manutenção depende da disponibilidade do novo equipamento para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções.

Com a conclusão do processo licitatório e a aquisição do equipamento, espera-se que os serviços de manutenção de áreas verdes sejam realizados com maior eficiência e qualidade, promovendo melhorias imediatas no atendimento à população. Esse planejamento reflete o compromisso da administração pública em atender às demandas do município de maneira responsável e eficaz.

5. ANEXOS

Pesquisa de Preços

CLEESON BORDIM
Secretário de Administração e Planejamento

TOMAZELLI

5

Husqvarna

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
A/C: CARMEN

Giro Zero MZ 54

O **Cortador de grama Giro Zero MZ54 da Husqvarna** eleva a performance, a produtividade e o conforto a um nível totalmente novo. A interface intuitiva do operador, a estrutura de aço reforçada e o sistema hidráulico criam a melhor experiência de corte. Com plataforma de corte de aço robusto e o sistema BioClip®: coleta, descarte, o MZ54 é prático para todas as necessidades de manutenção de sua propriedade. Ainda vale ressaltar que por ser potente não significa que ele é desconfortável - os cortadores MZ oferecem um assento confortável e de apoio e fácil manutenção com pontos de serviço de acesso rápido.

Dados Técnicos:

Modelo: MZ 54
Motor: Kawasaki
Potência: 17,9.kW / 24 hp
Largura de corte : 137 cm / 54"
Produtividade média: 11.261 m²/h
Área Recomendada: 100.000 m² / 3x ao mês
Transmissão Hidrostática Hydro-Gear ZT 3100

VALOR : *R$ 59.999,00*



Prazo de pagamento: à combinar
Validade do orçamento: 30 dias
Prazo de entrega: 20 dias

TOMAZELLI

Camili Tomazelli
Vendas
45 99932-7532
camili@tomazelli.net.br
Cascavel - PR

MISSAL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA
Rua Brasília, 52
Centro – 85890-000
Missal – PR
CNPJ 08.824.155/0001-54

ORÇAMENTO

À
Município de Três Barras do Paraná.

ORÇAMENTO				
Marca/Modelo	Descrição	Quant.	Valor unitário	Valor Total
Husqvanra MZ54	CORTADOR DE GRAMA, **GIRO ZERO,** plataforma soldada, ajuste de altura assistido por pedal, mandril de ferro fundido, Sistema anticapotamento, Motor Kwasaki 726cm3 Potencia de 24HO, Velocidade de 13,7km/h, Largura de corte 54" (137cm), Altura de corte 38,1 – 114,3 mm, Tanque de Combustível de 18,9l, Produtividade Média de 11.261m2/h	1	69.000,00	69.000,00

Valor Total – R$ 69.000,00

Pagamento: A vista
Prazo de entrega: 20 dias
Missal 07 de janeiro de 2025

08.824.155/0001-54
MISSAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA.
RUA BRASILIA, 52
CENTRO - CEP 85890-000 PARANA

JARDIM FLORESTA MAQ. E EQUIPAMENTOS.

Av. Costa e Silva, 785
Fone: 45 3573-3225
email:jardimfloresta@hotmail.com
Foz do Iguaçu - PR

À

Município de Três Barras do Paraná

CORTADOR DE GRAMA, **GIRO ZERO, HUSQVARNA MODELO MZ 54** Sistema antica-potamento, Motor Kawasaki 726cm3 Potencia de 24HO, Velocidade de 13,7km/h, Largura de corte 54" (137cm), Altura de corte 38,1 – 114,3 mm, Tanque de Combustível de 18,9l, Produtividade Média de 11.261m2/h, plataforma soldada, ajuste de altura assistido por pedal, mandril de ferro fundido,



R$ 69.500,00

Foz do Iguaçu 07 de janeiro de 2025

85.489.755/0001-54
JARDIM FLORESTA COMÉRCIO
COSTA E SILVA 785
PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

8

Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do presente processo deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Secretaria de Administração e Planejamento para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Três Barras do Paraná, 23 de janeiro de 2025.

De: Dpto de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 010/2025, em especial, a página nº 008, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil e cento e sessenta e seis reais), conforme dotação abaixo relacionada:

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

Salienta-se aos Gestores e/ou Responsáveis pela execução das despesas, que devem sempre ater-se aos saldos das dotações orçamentárias antes de autorizar a execução das mesmas, uma vez que, os mesmos não especificam os valores que se pretende realizar de forma individualizada para cada Secretaria e/ou Departamento, bem como, a Gestão não adota/utiliza da emissão de empenhos prévios e/ou reserva de dotações, podendo incorrer em saldos insuficientes quando da realização/empenhos das referidas despesas.

Atenciosamente,

Leomar A. Rotta
Contador
CRC Nº PR - 052743/O

Três Barras do Paraná/PR, 28 de janeiro de 2025.

De: Secretaria Municipal da Fazenda
Para: Departamento de Licitações

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais) está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária Municipal da Fazenda

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. A aquisição de um cortador de grama giro zero é essencial para atender à crescente demanda por manutenção das áreas verdes do município. A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos enfrenta dificuldades operacionais devido ao envelhecimento dos equipamentos atualmente em uso, que não conseguem suprir as necessidades do trabalho com eficiência e regularidade. Essa situação impacta diretamente a qualidade dos espaços públicos e a satisfação da população.

1.2. A ausência de um equipamento moderno compromete a realização de cortes de grama em prazos razoáveis, resultando em um ambiente urbano menos organizado e em riscos à segurança, como a proliferação de pragas. O uso de equipamentos desatualizados também gera custos operacionais mais altos, devido à frequente necessidade de manutenção e à baixa produtividade das máquinas existentes. Assim, a aquisição do cortador de grama giro zero é uma solução estratégica para superar essas limitações.

1.3. O cortador de grama giro zero se destaca pela alta manobrabilidade e pela capacidade de realizar cortes em áreas com obstáculos, o que o torna ideal para praças, parques e canteiros. Além disso, a eficiência deste modelo permite a realização do trabalho em menor tempo, reduzindo custos e aumentando a satisfação dos cidadãos ao proporcionar um ambiente mais limpo e organizado.

1.4. Além da eficiência, o equipamento proposto representa uma modernização nos serviços prestados pela administração pública. A introdução de tecnologias mais avançadas é um passo importante para atender às demandas da população e para aprimorar a gestão dos recursos municipais. Tal medida está alinhada às melhores práticas de administração pública, promovendo sustentabilidade e eficácia.

1.5. Por fim, o impacto positivo esperado incluem a otimização do tempo e dos recursos humanos, com servidores mais focados em atividades que exijam menos esforço físico e em outras demandas operacionais da Secretaria. Assim, a aquisição do cortador de grama giro zero não é apenas uma necessidade operacional, mas também uma estratégia de investimento no bem-estar da população e na eficiência da administração pública.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. A aquisição do cortador de grama giro zero está plenamente alinhada ao planejamento estratégico da administração municipal, que busca modernizar os serviços públicos e otimizar o uso dos recursos financeiros e humanos. A melhoria da infraestrutura destinada à manutenção de áreas verdes reflete o compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos e com a preservação ambiental.

2.2. Essa aquisição está prevista no plano orçamentário do município, que prioriza a modernização de equipamentos utilizados em serviços essenciais. A substituição de equipamentos obsoletos por soluções tecnologicamente avançadas representa uma abordagem estratégica para a gestão pública, contribuindo para o alcance de resultados mais expressivos em menor tempo.

2.3. No contexto ambiental, a escolha do equipamento também está alinhada às diretrizes de sustentabilidade do município. A maior eficiência energética do modelo proposto permite uma redução no consumo de combustíveis e na emissão de gases poluentes, promovendo uma gestão mais responsável dos recursos naturais.

2.4. Ademais, a modernização dos equipamentos possibilitará um planejamento mais eficaz das atividades de manutenção, permitindo a redistribuição das equipes e a ampliação da área de cobertura dos serviços prestados. Esse ganho de produtividade reflete a busca por soluções inovadoras e eficazes, como orientado pela Lei nº 14.133/2021.

2.5. Por fim, a aquisição reforça a imagem do município como um gestor público comprometido com a modernização e com a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população. Isso fortalece a confiança dos cidadãos na administração e promove maior satisfação com os resultados alcançados.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A contratação do cortador de grama giro zero deve atender a requisitos técnicos e legais que garantam a aquisição de um equipamento eficiente, durável e adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos. As especificações mínimas incluem, entre outros itens, acionamento das lâminas por embreagem elétrica, plataforma de corte em aço e motor com potência mínima de 24 HP.

3.2. Outro requisito importante é que o fornecedor contratado ofereça garantia técnica do equipamento e suporte pós-venda, incluindo assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição. Isso é fundamental para assegurar a longevidade do equipamento e para minimizar os custos associados a eventuais manutenções corretivas.

3.3. Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar a concorrência e a transparência, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. As especificações técnicas serão detalhadas no edital para garantir que o equipamento atenda plenamente às demandas operacionais do município.

3.4. Além disso, a contratação deverá considerar aspectos ambientais, priorizando equipamentos que apresentem maior eficiência energética e menor impacto ambiental. Essa abordagem está alinhada aos objetivos de sustentabilidade e às boas práticas de gestão pública.

3.5. Por fim, a escolha do fornecedor será baseada não apenas no preço, mas também na qualidade do equipamento e na experiência do fabricante ou distribuidor. Essa combinação de critérios visa garantir que a aquisição atenda às expectativas e resulte em benefícios concretos para a população e para a administração.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. A estimativa de quantitativo considera a aquisição de uma única unidade do cortador de grama giro zero, com base em estudos de demanda realizados pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Essa decisão fundamenta-se na capacidade operacional do equipamento e no dimensionamento das áreas urbanas que demandam manutenção regular.

4.2. A escolha de um equipamento com alta produtividade, estimada em 11.261 m^2/h, permite atender às áreas prioritárias do município, que somam aproximadamente 100.000 m^2. Esse planejamento leva em consideração tanto a eficiência quanto a durabilidade do equipamento, garantindo que ele atenda às necessidades da população com qualidade e agilidade.

4.3. A aquisição de apenas uma unidade reflete a responsabilidade na gestão de recursos públicos, evitando gastos excessivos e promovendo uma utilização racional do equipamento. A capacidade de manobra do modelo giro zero assegura que ele seja suficiente para realizar o trabalho em diversos tipos de terrenos e configurações urbanas.

4.4. A definição da quantidade também considerou a possibilidade de ampliação futura da frota, caso seja identificada uma demanda crescente por serviços de manutenção. Inicialmente, porém, a aquisição desta unidade é suficiente para atender às necessidades levantadas pelos estudos preliminares.

4.5. A estimativa de uso intensivo do equipamento também reforça a necessidade de aquisição de um modelo robusto e confiável, que ofereça desempenho consistente ao longo do tempo. Isso está alinhado às boas práticas de planejamento e gestão pública, conforme orientações da Lei nº 14.133/2021.

4.6. Por fim, a definição clara das especificações e das quantidades pretendidas no edital licitatório contribuirá para a seleção de fornecedores capacitados, garantindo a entrega de um produto que atenda plenamente às expectativas da administração e da população.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. O levantamento de mercado realizado considerou três fornecedores especializados em equipamentos para manutenção de áreas verdes, com reconhecida experiência e reputação. O objetivo foi identificar o preço médio praticado e avaliar a disponibilidade de equipamentos com as especificações técnicas exigidas.

5.2. As empresas consultadas apresentaram propostas compatíveis com o mercado, permitindo calcular o valor médio de R$ 66.166,00 para o cortador de grama giro zero. Esse valor reflete tanto a complexidade técnica quanto a durabilidade do equipamento, que justifica o investimento.

5.3. Além disso, a análise de mercado confirmou a viabilidade da aquisição, uma vez que os fornecedores demonstraram capacidade de entrega dentro do prazo necessário e conformidade com as exigências legais.

5.4. Os fornecedores consultados também destacaram os benefícios do modelo proposto, como a eficiência energética e a redução de custos operacionais, reforçando a escolha do equipamento como uma solução adequada para a necessidade do município.

5.5. A pesquisa de preços e a análise técnica asseguram que a contratação será realizada em conformidade com os princípios da economicidade, competitividade e eficiência, estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. A estimativa de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais), para a aquisição do cortador de grama foi definida com base nos resultados da pesquisa de mercado e no alinhamento aos custos médios praticados no setor. Esse valor inclui as especificações técnicas detalhadas e as condições de garantia e suporte técnico exigidas.

6.2. A administração considera essa estimativa adequada ao orçamento disponível, garantindo o equilíbrio entre custo e benefício. O valor final será confirmado no processo licitatório, que buscará propostas competitivas.

6.3. Ademais, o custo de manutenção preventiva e corretiva foi analisado para assegurar que o equipamento escolhido possui custo operacional reduzido, garantindo economia a longo prazo.

6.4. A estimativa também contempla o uso eficiente dos recursos públicos, com atenção à durabilidade do equipamento e à possibilidade de reaproveitamento em outras áreas de serviço municipal, maximizando o retorno do investimento.

6.5. Por fim, o planejamento financeiro do município prevê a liberação dos recursos necessários para aquisição imediata, permitindo o início das operações sem atrasos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A solução proposta consiste na aquisição de um cortador de grama giro zero, que será integrado à frota da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a realização da manutenção de áreas verdes urbanas.

7.2. O equipamento selecionado possui tecnologia de ponta, com alta produtividade e capacidade de adaptação a diferentes tipos de terreno. Sua robustez e facilidade de manobra permitirão um desempenho superior em espaços como praças, parques e canteiros.

7.3. A solução abrange não apenas a aquisição do equipamento, mas também o treinamento das equipes operacionais e a implementação de um cronograma de manutenção preventiva, garantindo sua eficiência e durabilidade.

7.4. O uso do equipamento resultará em melhorias na qualidade do corte, redução do tempo de operação e menor desgaste dos servidores, que poderão se concentrar em outras atividades essenciais.

7.5. Essa solução está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo a modernização dos serviços municipais e respondendo de forma eficaz às necessidades da comunidade.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. A aquisição será realizada em lote único, uma vez que o objeto do contrato é específico e indivisível. O parcelamento não é aplicável nesse caso, dado que a entrega de apenas uma unidade atenderá integralmente às necessidades identificadas.

8.2. A contratação em um único lote também simplifica o processo licitatório, garantindo agilidade na aquisição e na integração do equipamento às operações da Secretaria.

8.3. Além disso, o parcelamento poderia comprometer a uniformidade dos padrões técnicos exigidos, dificultando o treinamento e a manutenção do equipamento.

8.4. A administração opta por uma contratação direta e completa, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e alinhados às diretrizes estabelecidas na Lei N° 14.133/2021.

8.5. Por fim, a aquisição única reflete o compromisso com a economicidade e a celeridade administrativa, atendendo às demandas da população de maneira eficaz e planejada.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. O objetivo principal da contratação de uma empresa para o fornecimento de um cortador de grama giro zero é a melhoria da eficácia e da produtividade na manutenção de áreas verdes de responsabilidade do órgão. A aquisição visa substituir processos manuais ou equipamentos obsoletos, garantindo maior celeridade no corte de grama e, consequentemente, melhores condições estéticas e funcionais dos espaços públicos.

9.2. Com a aquisição do equipamento, espera-se uma significativa redução no tempo de execução das atividades de manutenção, proporcionando uma prestação de serviço mais eficiente para a população. Ademais, o equipamento giro zero, com alta manobrabilidade, permite realizar cortes uniformes em terrenos irregulares e áreas de difícil acesso, agregando qualidade ao serviço prestado.

9.3. Outro resultado esperado é a otimização dos recursos humanos envolvidos. Com o uso do cortador de grama giro zero, será possível realocar servidores para outras atividades, maximizando a produtividade geral da equipe. Essa medida também colabora para a diminuição do desgaste físico dos trabalhadores.

9.4. Espera-se também uma redução nos custos operacionais a longo prazo. Equipamentos modernos e eficientes demandam menor manutenção corretiva e possuem menor consumo de combustíveis ou energia em comparação com tecnologias ultrapassadas. Assim, a aquisição contribuirá para a economicidade no uso dos recursos públicos.

9.5. Por fim, a medida visa atender às expectativas da população em relação à conservação das áreas públicas, promovendo maior bem-estar e qualidade de vida. Áreas verdes bem cuidadas incentivam o uso dos espaços públicos pela comunidade e reforçam a imagem positiva da administração pública.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A primeira providência necessária é a elaboração do termo de referência, detalhando todas as especificações técnicas do cortador de grama giro zero a ser adquirido. Este documento deve conter informações como potência do motor, tipo de combustível, largura de corte, capacidade de manobra e outros atributos relevantes para garantir a escolha do equipamento mais adequado.

10.2. Em seguida, a administração deve realizar estudos de mercado para identificar os fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e legais. Esse levantamento é fundamental para assegurar a competição e evitar a concentração de mercado, em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Paralelamente, é imprescindível verificar a disponibilidade orçamentária para a aquisição do equipamento. Essa verificação envolve a reserva de dotação orçamentária adequada e a emissão da nota de empenho, garantindo que o processo licitatório seja conduzido dentro dos limites financeiros do órgão.

10.4. A elaboração de um edital claro e objetivo é outra etapa essencial. O edital deve incluir critérios de julgamento, como menor preço, exigências de capacidade técnica dos fornecedores e garantias de qualidade do equipamento. A transparência nessa etapa previne questionamentos futuros e assegura a lisura do processo licitatório.

10.5. Por fim, a administração deve planejar a capacitação da equipe responsável pela operação e manutenção do equipamento. Essa ação evita o uso inadequado, prolonga a vida útil do bem e maximiza os benefícios esperados da aquisição.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. A aquisição do cortador de grama giro zero pode demandar contratações adicionais relacionadas à sua implementação e operação. Um exemplo é a contratação de serviços de transporte para a entrega do equipamento ao local de uso, caso o fornecedor não ofereça essa condição.

11.2. Outra contratação relevante é a aquisição de insumos necessários para o funcionamento do equipamento, como combustíveis, óleos lubrificantes e produtos de manutenção preventiva. Esses itens devem ser previstos no planejamento orçamentário para evitar interrupções nas atividades.

11.3. A administração pode também considerar a necessidade de contratar assistência técnica ou serviços de manutenção corretiva e preventiva, principalmente nos casos em que o fornecimento dessas soluções não está contemplado no contrato de aquisição do equipamento. Essa medida garante a longevidade do bem e a continuidade das operações.

11.4. Adicionalmente, é importante verificar a necessidade de contratar seguro para o equipamento, protegendo o patrimônio público contra danos ou perdas. Essa precaução é recomendada em razão do elevado custo de aquisição do cortador de grama giro zero.

11.5. Por fim, a implementação do equipamento pode estar interligada à contratação de treinamentos especializados para a equipe técnica e operacional. Essa contratação contribui para o uso eficiente do equipamento e a prevenção de danos causados por operações inadequadas.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. A aquisição e o uso do cortador de grama giro zero podem gerar impactos ambientais que devem ser analisados e mitigados pela administração pública. Um dos principais impactos potenciais está relacionado à emissão de gases poluentes provenientes do motor à combustão, contribuindo para o efeito estufa e a degradação da qualidade do ar.

12.2. Para minimizar esse impacto, recomenda-se a aquisição de modelos que atendam a padrões de eficiência energética e que possuam baixas taxas de emissão de poluentes, conforme as normas vigentes. Alternativamente, pode-se considerar a possibilidade de aquisição de equipamentos elétricos ou híbridos, que apresentam menor impacto ambiental.

12.3. Outro impacto relevante é a geração de resíduos sólidos decorrentes da manutenção do equipamento, como filtros, óleos usados e componentes descartados. Esses resíduos devem ser geridos adequadamente, em conformidade com a legislação ambiental, para evitar a contaminação do solo e das águas.

12.4. A utilização intensiva do cortador de grama em determinadas áreas pode impactar a biodiversidade local, especialmente em regiões com vegetação nativa. Por isso, é essencial planejar as operações de corte de forma a preservar áreas de importância ecológica.

12.5. Por fim, é necessário considerar os impactos sonoros do equipamento, que podem causar desconforto à população e à fauna local. Equipamentos com sistemas de redução de ruídos são recomendados para mitigar esse problema e promover maior sustentabilidade na execução dos serviços.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. Com base na análise apresentada, a contratação de uma empresa para o fornecimento de 01 (um) cortador de grama giro zero mostra-se uma medida necessária e vantajosa para a administração pública. A aquisição atende aos princípios da eficiência, economicidade e melhoria da qualidade dos serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.2. O equipamento contribuirá significativamente para a conservação das áreas verdes, promovendo maior satisfação da população e agregando valor aos espaços públicos. Além disso, a redução nos custos operacionais e o aumento da produtividade da equipe justificam o investimento.

13.3. Entretanto, é imprescindível que o processo de aquisição seja conduzido com transparência e planejamento adequado, garantindo que o equipamento adquirido atenda às especificações técnicas e às necessidades da administração. Também se faz necessário prever medidas para mitigar os impactos ambientais associados ao uso do equipamento.

13.4. Recomenda-se, ainda, que o contrato com o fornecedor inclua cláusulas de garantia e suporte técnico, assegurando o pleno funcionamento do equipamento ao longo de sua vida útil. A capacitação dos operadores também deve ser priorizada, garantindo o uso eficiente e seguro do bem adquirido.

13.5. Assim, conclui-se que a contratação é estratégica e contribui para a execução eficaz das atividades de manutenção das áreas verdes, alinhando-se às boas práticas de gestão pública e à legislação vigente.

Três Barras do Paraná, 28 de janeiro de 2025.

CLEBESON BORDIM
Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A aquisição contempla a contratação de 01 (um) cortador de grama giro zero, conforme especificações técnicas detalhadas. Este quantitativo foi definido com base nos estudos preliminares e na demanda operacional da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

2.2. O valor estimado da contratação é de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	PRODUTO / SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	EQUIP	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **Acionamento das lâminas:** embreagem elétrica; **Métodos de corte:** coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; **Material da plataforma de corte:** em aço; Três lâminas; **Velocidade da lâmina:** 93,9 m/s; **Sistema de elevação do deck:** Manual, ativado com o pé; **Material do eixo:** Ferro fundido. **Motor Potência mínima:** 24HP; **Cilindros:** 2; **Deslocamento do cilindro:** 726cm^3;	R$ 66.166,00	**R$ 66.166,00**

			Resfriamento do motor: a ar; **Tipo de lubrificante:** pressão cheia; **Tipo de combustível:** gasolina; **Volume mínimo do tanque de combustível:** 15 Litros; **Localização do tanque de combustível:** lateral; **Velocidade máxima:** 13,7 km/h. **Direção:** Hidrostática; **Altura desde a base do equipamento:** 106,68cm; **Comprimento desde a base do equipamento:** 191,77cm; **Área de corte recomendada:** 100.000m²; **Produtividade média:** 11261 m²/h;		
				TOTAL	**R$ 66.166,00**

2.3. A definição do quantitativo visa garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, considerando a capacidade operacional do equipamento e o impacto positivo esperado na produtividade das equipes de manutenção. A aquisição de uma unidade atende às necessidades prioritárias do município sem gerar sobrecarga orçamentária.

2.4. O valor estimado é justificado pela robustez e durabilidade do equipamento, que permitirão sua utilização em longo prazo. Além disso, a pesquisa de mercado garantiu que o preço está alinhado às condições praticadas no setor, promovendo transparência e competitividade no processo de contratação.

2.5. Dessa forma, a aquisição foi planejada de maneira a otimizar os recursos financeiros municipais, garantindo um impacto positivo tanto no curto quanto no longo prazo. Este planejamento reflete a responsabilidade da administração em atender às necessidades da população com eficiência e economicidade.

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação é fundamentada na necessidade de modernizar os serviços de manutenção de áreas verdes, atendendo aos princípios de eficiência, economicidade e qualidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A substituição de equipamentos obsoletos por soluções tecnologicamente avançadas contribuirá para a melhoria da prestação de serviços à população.

3.2. A aquisição de um cortador de grama giro zero permite maior manobrabilidade e eficiência em espaços com áreas delimitadas e de difícil acesso, como praças e canteiros. Este modelo foi escolhido com base em estudos técnicos que demonstraram sua adequação às demandas municipais.

3.3. Os custos elevados de manutenção dos equipamentos antigos, somados à baixa produtividade das máquinas atualmente em uso, reforçam a necessidade de aquisição de um equipamento moderno e eficiente. Além disso, a melhoria nos serviços de manutenção de áreas verdes tem impacto direto na satisfação dos cidadãos e na qualidade de vida da população.

3.4. A contratação também é coerente com as diretrizes de sustentabilidade do município, pois o equipamento selecionado apresenta maior eficiência energética e menor impacto ambiental. Essa escolha reflete o compromisso da administração com a preservação ambiental e a responsabilidade social.

3.5. A implementação do equipamento permitirá a otimização do tempo e dos recursos humanos, garantindo maior eficácia nos serviços e a redistribuição das equipes para outras atividades prioritárias. Assim, a aquisição do cortador de grama giro zero representa um investimento estratégico para a gestão municipal.

3.6. Por fim, a aquisição contribuirá para o fortalecimento da imagem da administração pública como gestora eficiente e comprometida com a qualidade dos serviços prestados à população, alinhando-se às boas práticas de gestão pública.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. A entrega do Cortador de Grama Giro Zero deverá ocorrer no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de um cortador de grama giro zero, que será integrado à frota da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a realização da manutenção de áreas verdes urbanas.

6.2. O equipamento selecionado possui tecnologia de ponta, com alta produtividade e capacidade de adaptação a diferentes tipos de terreno. Sua robustez e facilidade de manobra permitirão um desempenho superior em espaços como praças, parques e canteiros.

6.3. A solução abrange não apenas a aquisição do equipamento, mas também o treinamento das equipes operacionais e a implementação de um cronograma de manutenção preventiva, garantindo sua eficiência e durabilidade.

6.4. O uso do equipamento resultará em melhorias na qualidade do corte, redução do tempo de operação e menor desgaste dos servidores, que poderão se concentrar em outras atividades essenciais.

6.5. Essa solução está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo a modernização dos serviços municipais e respondendo de forma eficaz às necessidades da comunidade.

6.6. Por fim, a aquisição do equipamento contribuirá para a sustentabilidade dos serviços municipais, reduzindo custos operacionais e promovendo o uso responsável dos recursos públicos.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os requisitos da contratação incluem o atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, garantindo a aquisição de um equipamento de alta qualidade e durabilidade.

7.2. O fornecedor deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses** para o equipamento, bem como suporte técnico e fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia.

7.3. Além disso, o fornecedor deverá **realizar treinamento inicial para os servidores responsáveis pela operação do equipamento**, garantindo sua utilização correta e eficiente.

7.4. O transporte do equipamento até o local indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos é de responsabilidade do fornecedor, sem custos adicionais para a administração pública.

7.5. O processo licitatório deverá observar os princípios de transparência, legalidade e competitividade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para o município.

7.6. Por fim, o cumprimento das obrigações contratuais será monitorado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que adotará as medidas necessárias em caso de descumprimento.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá demonstrar capacidade técnica mediante a **apresentação de atestados de capacidade técnica de fornecimento de equipamentos similares**, preferencialmente com especificações técnicas equivalentes às exigidas no presente Termo de Referência.

8.2. Os atestados apresentados deverão comprovar a experiência no fornecimento de equipamentos para manutenção de áreas verdes, com ênfase em equipamentos do tipo giro zero, que garantam eficiência e durabilidade.

8.3. Será exigida comprovação de estrutura técnica adequada, incluindo disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado.

8.4. A licitante deverá apresentar **catálogos e especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado**, comprovando atendimento aos requisitos mínimos descritos no edital.

8.5. Será obrigatório que o equipamento ofertado possua motor com potência mínima de 24 HP, acionamento das lâminas por embreagem elétrica e plataforma de corte em aço, conforme especificado.

8.6. A capacitação técnica para operação e manutenção do equipamento deverá ser garantida pela empresa fornecedora, sendo necessário apresentar cronograma e material didático a serem utilizados no treinamento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O objeto desta contratação consiste no fornecimento de 01 (um) cortador de grama do tipo giro zero, destinado à manutenção de áreas verdes, jardins e gramados de responsabilidade do contratante. O fornecimento deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade e a eficiência do equipamento.

9.2. A empresa contratada será responsável por entregar o equipamento em perfeitas condições de uso, devidamente montado, testado e acompanhado do manual técnico em português. É necessário que a entrega seja feita no local indicado pela administração, conforme cronograma acordado previamente entre as partes.

9.3. O fornecimento do equipamento deve atender às exigências das normas vigentes de segurança e qualidade, contemplando todos os acessórios descritos no edital. Será exigido também que o equipamento esteja acompanhado do certificado de garantia, com prazo mínimo de 12 meses, além de assistência técnica disponível no território nacional.

9.4. A empresa deverá disponibilizar suporte técnico para dúvidas relacionadas ao funcionamento e manutenção do equipamento, incluindo orientações quanto ao uso correto, visando à durabilidade e à segurança operacional.

9.5. Será exigida a emissão de um relatório técnico após a entrega do equipamento, detalhando a conformidade do produto com as especificações contratuais. Este documento será avaliado por uma comissão técnica do contratante antes da aprovação final do fornecimento.

9.6. Por fim, a empresa contratada deve estar apta a fornecer todas as informações necessárias, como origem do produto, manuais de operação, instruções de montagem e a garantia dos itens entregues, de forma clara e detalhada.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a aquisição do cortador de grama giro zero foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor de equipamentos para manutenção de áreas verdes. O valor médio identificado para o equipamento que atende às especificações técnicas exigidas é de **R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2. O valor estimado inclui todos os custos associados ao fornecimento do equipamento, como transporte até o destino final, instalação, garantia técnica de no mínimo 12 meses e suporte técnico completo. Esse planejamento detalhado visa assegurar que a aquisição atenda integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, garantindo a funcionalidade e a durabilidade do bem adquirido.

12.3. Para assegurar a economicidade, o preço final será apurado por meio do processo licitatório, utilizando o critério de menor preço, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Todavia, serão consideradas somente propostas que atendam integralmente às especificações técnicas e aos requisitos legais descritos no Termo de Referência. A administração também avaliará a composição detalhada dos preços apresentados, verificando a coerência com o mercado e a viabilidade econômica da proposta.

12.4. O levantamento de mercado considerou empresas reconhecidas no setor, garantindo que o valor estimado esteja alinhado às melhores práticas comerciais. A estimativa reflete não apenas o custo do equipamento, mas também os benefícios operacionais a serem obtidos, como maior eficiência no corte de áreas verdes, redução de custos com manutenção e menor consumo de combustíveis. Esses fatores reforçam a adequação do investimento.

12.5. Adicionalmente, o custo estimado foi projetado levando em conta as especificações mínimas exigidas para o equipamento, que incluem motor com potência mínima de 24 HP, plataforma de corte em aço e sistema de acionamento por embreagem elétrica. Essas características são essenciais para assegurar o desempenho esperado nas operações de manutenção, garantindo retorno sobre o investimento e alinhamento às necessidades estratégicas do município.

12.6. Por fim, a administração pública reforça que a estimativa de R$ 66.166,00 é suficiente para atender ao objeto da contratação de maneira eficiente e econômica, considerando o levantamento realizado e a realidade orçamentária do município. Além disso, será priorizada a transparência durante o processo licitatório, com ampla divulgação do edital e detalhamento das condições de participação, assegurando a competitividade entre os fornecedores e a obtenção da proposta mais vantajosa para a gestão pública.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do cortador de grama giro zero será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.** Este prazo poderá ser ajustado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pelo contratante, no horário comercial e em condições adequadas de transporte, garantindo a integridade do equipamento. Qualquer avaria constatada no ato da entrega será motivo para recusa ou substituição imediata.

14.3. O fornecedor será responsável por garantir que o equipamento esteja em perfeitas condições de uso, devidamente testado e acompanhado de todos os documentos exigidos, como nota fiscal, certificado de garantia e manuais de operação.

14.4. A pontualidade na entrega será um critério fundamental para avaliação do cumprimento contratual. Eventuais atrasos deverão ser comunicados com antecedência e acompanhados de justificativas que serão analisadas pela administração.

14.5. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

14.6. Após a entrega, será realizada uma inspeção técnica para verificar a conformidade do equipamento com as especificações estabelecidas. Somente após a aprovação dessa inspeção é que o fornecimento será considerado concluído, permitindo a emissão do termo de recebimento definitivo.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,

coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

Três Barras do Paraná, 28 de janeiro de 2025.

CLEBERSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 28 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, aprovo o Termo de Referência nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2025 – XX:XX horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: SIM

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **XXHXXM HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. O item desta licitação é de participação **EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,** conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal N° 05/2023, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.5.1.1. Estas empresas devem estar legalmente constituídas e enquadradas no regime de **MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, qualificada como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006, e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR ITEM**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).*

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s);

12.9.2. A licitante deverá apresentar **catálogo e especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado;**

12.9.3. A licitante deverá apresentar **declaração sobre a disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição;**

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP),** acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora deverá entregar o equipamento objeto desta licitação no prazo de 30 dias (corridos), contados a partir do recebimento da ordem de compra.

21.1.1. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal devidamente aprovada pela Administração Pública Municipal.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra

princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de

dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Aquisição de Combustíveis.

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A aquisição contempla a contratação de 01 (um) cortador de grama giro zero, conforme especificações técnicas detalhadas. Este quantitativo foi definido com base nos estudos preliminares e na demanda operacional da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

2.2. O valor estimado da contratação é de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	PRODUTO / SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	EQUIP	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **Acionamento das lâminas:** embreagem elétrica; **Métodos de corte:** coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; **Material da plataforma de corte:** em aço; Três lâminas; **Velocidade da lâmina:** 93,9 m/s; **Sistema de elevação do deck:** Manual, ativado com o pé; **Material do eixo:** Ferro fundido. **Motor Potência mínima:** 24HP; **Cilindros:** 2; **Deslocamento do cilindro:** 726cm^3; **Resfriamento do motor:** a ar; **Tipo de lubrificante:** pressão cheia; **Tipo de combustível:** gasolina;	R$ 66.166,00	R$ 66.166,00

			Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; **Localização do tanque de combustível:** lateral; **Velocidade máxima:** 13,7 km/h. **Direção:** Hidrostática; **Altura desde a base do equipamento:** 106,68cm; **Comprimento desde a base do equipamento:** 191,77cm; **Área de corte recomendada:** 100.000m²; **Produtividade média:** 11261 m²/h;		
				TOTAL	**R$ 66.166,00**

2.3. A definição do quantitativo visa garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, considerando a capacidade operacional do equipamento e o impacto positivo esperado na produtividade das equipes de manutenção. A aquisição de uma unidade atende às necessidades prioritárias do município sem gerar sobrecarga orçamentária.

2.4. O valor estimado é justificado pela robustez e durabilidade do equipamento, que permitirão sua utilização em longo prazo. Além disso, a pesquisa de mercado garantiu que o preço está alinhado às condições praticadas no setor, promovendo transparência e competitividade no processo de contratação.

2.5. Dessa forma, a aquisição foi planejada de maneira a otimizar os recursos financeiros municipais, garantindo um impacto positivo tanto no curto quanto no longo prazo. Este planejamento reflete a responsabilidade da administração em atender às necessidades da população com eficiência e economicidade.

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação é fundamentada na necessidade de modernizar os serviços de manutenção de áreas verdes, atendendo aos princípios de eficiência, economicidade e qualidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A substituição de equipamentos obsoletos por soluções tecnologicamente avançadas contribuirá para a melhoria da prestação de serviços à população.

3.2. A aquisição de um cortador de grama giro zero permite maior manobrabilidade e eficiência em espaços com áreas delimitadas e de difícil acesso, como praças e canteiros. Este modelo foi escolhido com base em estudos técnicos que demonstraram sua adequação às demandas municipais.

3.3. Os custos elevados de manutenção dos equipamentos antigos, somados à baixa produtividade das máquinas atualmente em uso, reforçam a necessidade de aquisição de um equipamento moderno e eficiente. Além disso, a melhoria nos serviços de manutenção de áreas verdes tem impacto direto na satisfação dos cidadãos e na qualidade de vida da população.

3.4. A contratação também é coerente com as diretrizes de sustentabilidade do município, pois o equipamento selecionado apresenta maior eficiência energética e menor impacto ambiental. Essa escolha reflete o compromisso da administração com a preservação ambiental e a responsabilidade social.

3.5. A implementação do equipamento permitirá a otimização do tempo e dos recursos humanos, garantindo maior eficácia nos serviços e a redistribuição das equipes para outras atividades prioritárias. Assim, a aquisição do cortador de grama giro zero representa um investimento estratégico para a gestão municipal.

3.6. Por fim, a aquisição contribuirá para o fortalecimento da imagem da administração pública como gestora eficiente e comprometida com a qualidade dos serviços prestados à população, alinhando-se às boas práticas de gestão pública.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. A entrega do Cortador de Grama Giro Zero deverá ocorrer no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de um cortador de grama giro zero, que será integrado à frota da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a realização da manutenção de áreas verdes urbanas.

6.2. O equipamento selecionado possui tecnologia de ponta, com alta produtividade e capacidade de adaptação a diferentes tipos de terreno. Sua robustez e facilidade de manobra permitirão um desempenho superior em espaços como praças, parques e canteiros.

6.3. A solução abrange não apenas a aquisição do equipamento, mas também o treinamento das equipes operacionais e a implementação de um cronograma de manutenção preventiva, garantindo sua eficiência e durabilidade.

6.4. O uso do equipamento resultará em melhorias na qualidade do corte, redução do tempo de operação e menor desgaste dos servidores, que poderão se concentrar em outras atividades essenciais.

6.5. Essa solução está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo a modernização dos serviços municipais e respondendo de forma eficaz às necessidades da comunidade.

6.6. Por fim, a aquisição do equipamento contribuirá para a sustentabilidade dos serviços municipais, reduzindo custos operacionais e promovendo o uso responsável dos recursos públicos.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os requisitos da contratação incluem o atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, garantindo a aquisição de um equipamento de alta qualidade e durabilidade.

7.2. O fornecedor deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses** para o equipamento, bem como suporte técnico e fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia.

7.3. Além disso, o fornecedor deverá **realizar treinamento inicial para os servidores responsáveis pela operação do equipamento**, garantindo sua utilização correta e eficiente.

7.4. O transporte do equipamento até o local indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos é de responsabilidade do fornecedor, sem custos adicionais para a administração pública.

7.5. O processo licitatório deverá observar os princípios de transparência, legalidade e competitividade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para o município.

7.6. Por fim, o cumprimento das obrigações contratuais será monitorado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que adotará as medidas necessárias em caso de descumprimento.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá demonstrar capacidade técnica mediante a **apresentação de atestados de capacidade técnica de fornecimento de equipamentos similares**, preferencialmente com especificações técnicas equivalentes às exigidas no presente Termo de Referência.

8.2. Os atestados apresentados deverão comprovar a experiência no fornecimento de equipamentos para manutenção de áreas verdes, com ênfase em equipamentos do tipo giro zero, que garantam eficiência e durabilidade.

8.3. Será exigida comprovação de estrutura técnica adequada, incluindo disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado.

8.4. A licitante deverá apresentar **catálogos e especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado**, comprovando atendimento aos requisitos mínimos descritos no edital.

8.5. Será obrigatório que o equipamento ofertado possua motor com potência mínima de 24 HP, acionamento das lâminas por embreagem elétrica e plataforma de corte em aço, conforme especificado.

8.6. A capacitação técnica para operação e manutenção do equipamento deverá ser garantida pela empresa fornecedora, sendo necessário apresentar cronograma e material didático a serem utilizados no treinamento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O objeto desta contratação consiste no fornecimento de 01 (um) cortador de grama do tipo giro zero, destinado à manutenção de áreas verdes, jardins e gramados de responsabilidade do contratante. O fornecimento deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade e a eficiência do equipamento.

9.2. A empresa contratada será responsável por entregar o equipamento em perfeitas condições de uso, devidamente montado, testado e acompanhado do manual técnico em português. É necessário que a entrega seja feita no local indicado pela administração, conforme cronograma acordado previamente entre as partes.

9.3. O fornecimento do equipamento deve atender às exigências das normas vigentes de segurança e qualidade, contemplando todos os acessórios descritos no edital. Será exigido também que o equipamento esteja acompanhado do certificado de garantia, com prazo mínimo de 12 meses, além de assistência técnica disponível no território nacional.

9.4. A empresa deverá disponibilizar suporte técnico para dúvidas relacionadas ao funcionamento e manutenção do equipamento, incluindo orientações quanto ao uso correto, visando à durabilidade e à segurança operacional.

9.5. Será exigida a emissão de um relatório técnico após a entrega do equipamento, detalhando a conformidade do produto com as especificações contratuais. Este documento será avaliado por uma comissão técnica do contratante antes da aprovação final do fornecimento.

9.6. Por fim, a empresa contratada deve estar apta a fornecer todas as informações necessárias, como origem do produto, manuais de operação, instruções de montagem e a garantia dos itens entregues, de forma clara e detalhada.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a aquisição do cortador de grama giro zero foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor de equipamentos para manutenção de áreas verdes. O valor médio identificado para o equipamento que atende às especificações técnicas exigidas é de **R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2. O valor estimado inclui todos os custos associados ao fornecimento do equipamento, como transporte até o destino final, instalação, garantia técnica de no mínimo 12 meses e suporte técnico completo. Esse planejamento detalhado visa assegurar que a aquisição atenda integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, garantindo a funcionalidade e a durabilidade do bem adquirido.

12.3. Para assegurar a economicidade, o preço final será apurado por meio do processo licitatório, utilizando o critério de menor preço, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Todavia, serão consideradas somente propostas que atendam integralmente às especificações técnicas e aos requisitos legais descritos no Termo de Referência. A administração também avaliará a composição detalhada dos preços apresentados, verificando a coerência com o mercado e a viabilidade econômica da proposta.

12.4. O levantamento de mercado considerou empresas reconhecidas no setor, garantindo que o valor estimado esteja alinhado às melhores práticas comerciais. A estimativa reflete não apenas o custo do equipamento, mas também os benefícios operacionais a serem obtidos, como maior eficiência no corte de áreas verdes, redução de custos com manutenção e menor consumo de combustíveis. Esses fatores reforçam a adequação do investimento.

12.5. Adicionalmente, o custo estimado foi projetado levando em conta as especificações mínimas exigidas para o equipamento, que incluem motor com potência mínima de 24 HP, plataforma de corte em aço e sistema de acionamento por embreagem elétrica. Essas características são essenciais para assegurar o desempenho esperado nas operações de manutenção, garantindo retorno sobre o investimento e alinhamento às necessidades estratégicas do município.

12.6. Por fim, a administração pública reforça que a estimativa de R$ 66.166,00 é suficiente para atender ao objeto da contratação de maneira eficiente e econômica, considerando o levantamento realizado e a realidade orçamentária do município. Além disso, será priorizada a transparência durante o processo licitatório, com ampla divulgação do edital e detalhamento das condições de participação, assegurando a competitividade entre os fornecedores e a obtenção da proposta mais vantajosa para a gestão pública.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do cortador de grama giro zero será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra**. Este prazo poderá ser ajustado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pelo contratante, no horário comercial e em condições adequadas de transporte, garantindo a integridade do equipamento. Qualquer avaria constatada no ato da entrega será motivo para recusa ou substituição imediata.

14.3. O fornecedor será responsável por garantir que o equipamento esteja em perfeitas condições de uso, devidamente testado e acompanhado de todos os documentos exigidos, como nota fiscal, certificado de garantia e manuais de operação.

14.4. A pontualidade na entrega será um critério fundamental para avaliação do cumprimento contratual. Eventuais atrasos deverão ser comunicados com antecedência e acompanhados de justificativas que serão analisadas pela administração.

14.5. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

14.6. Após a entrega, será realizada uma inspeção técnica para verificar a conformidade do equipamento com as especificações estabelecidas. Somente após a aprovação dessa inspeção é que o fornecimento será considerado concluído, permitindo a emissão do termo de recebimento definitivo.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

b) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

d) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as

especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 68/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo II) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os veículos deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO II), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corrido, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de compra emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os

aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF Nº 000.XXX.XXX-95;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) Sr. DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF Nº 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o

fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2024 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Obras Viação e Serviços Urbanos

A espécie: Pregão Eletrônico nº 010/2025.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um cortador de grama Giro Zero.

Prazo: 12 (doze) meses

Atendendo ao solicitado no memorando do sr. Prefeito Municipal, datado de 16/01/2025, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para fins de ser aferida a regularidade dos atos praticados para a realização da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de um cortador de grama Giro Zero.

Constam no processo administrativo físico:

I. Portaria de Nomeação de agentes de contratação
II. Documento de Formalização de Demanda
III. Estudo Técnico Preliminar
IV. Termo de Referência
V. Documentação da pesquisa de preços
VI. Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal
VII. Parecer Contábil e Financeiro
VIII. Minuta do Edital e anexos

De se observar que todos os documentos acima se encontram encartados, todavia, não exatamente nesta ordem.

Importante asseverar, inicialmente, que compete à Procuradoria-Geral, nos termos do art. 53 da Lei no 14.133, de 2021, realizar o controle prévio de legalidade do processo de contratação, pela análise da presença e da legalidade do conteúdo dos documentos essenciais para a realização da contratação pública, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e os responsáveis pela contratação quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais.

No que tange à fase interna do processo de contratação, estão sendo aplicadas as disposições da Lei no 14.133/2021.

Quanto ao ETP, contempla-se todos os incisos obrigatórios de acordo com o Art. 18 da Lei 14.133/21.

O termo de referência, se encontra segundo o art. 6°, inciso XXIII.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos

conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a descrição técnica dos itens que compõem o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições da execução contratual, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência do contrato, previsto no termo de referência, está de acordo com as disposições legais.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda a documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do Artigo 6°, inciso XXIII, alínea "J", da Lei N° 14.133/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência é suficiente para demonstrar o interesse público da realização da presente contratação.

Verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que possam os interessados em participar do processo licitatório.

Consta, ainda, nos autos a documentação relativa à pesquisa de preços realizada, havendo o relatório de pesquisa confeccionado pela Secretaria Municipal interessada, com a metodologia adotada, atendendo o art. 23 inciso IV. Entendendo suficientes as informações contidas no processo.

No tocante à escolha da modalidade pregão, através de contratação de empresa, os fundamentos estão assentados em dois fatores:

I) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem comum; e

II) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo bem, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no processo de licitação.

Considerando-se que o presente certame adotou o formato eletrônico e tendo em vista que a regra é justamente essa, não há outras considerações a serem apontadas nesta rubrica.

O critério de julgamento da licitação adotado é o menor preço por item, visto se tratar deitem único.

A documentação exigida na minuta do Edital está adequada ao objeto da contratação. Além disso, vislumbra-se que há a exigência de qualificação técnica-profissional, sendo exigido atestado de capacidade técnica, catalogo e especificações técnicas e declaração disponibilidade de suporte pós venda e fornecimento de peças de reposição.

No mais, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais determinados pela Lei nº 14.133/2021.

Percebe-se adequada a minuta do contrato anexa ao edital, sendo que prevê as cláusulas essenciais dispostas no Art. 92 da Lei 14.133/21.

Por fim, assim entender Vossa Senhoria o Prefeito Municipal, para apreciação e autorização, ou não, nos termos da Lei nº 14.133/2021, acerca de todo o aqui referido, e entendendo necessário, remeta-se à Controladoria Interna para análise.

S.M.J.. É o parecer.

Três Barras do Paraná, 29 de janeiro de 2025.

Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 30 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei N° 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA.**

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

DECRETO nº 6092/2024
DATA: 11/12/2024

PUBLICADO EM:
12/12/2024
Jornal AMP
Página 447
Edição 3172
Karine
Ass. Responsável

SÚMULA: Altera os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

".....**Art. 2º**. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81 (Pregoeira)
II-Luana Cristina Reffatti CPF nº 826.xxx.xxx-30
III-Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
IV – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.xxx.xxx-76 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)

Art. 2º. O artigo 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"..... **Art. 3º.** Ficam nomeados, para licitações que envolvam bens e serviços comuns, como agente de contratação, os empregados (servidores efetivos), pertencente ao quadro permanente da Administração Pública:
I - Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81
II - Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 11 de dezembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, resultantes do Processo Administrativo N° 10/2025.

FISCAL TITULAR: DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

FISCAL SUPLENTE: JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua **responsabilidade,** mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, **recusando, de logo,** objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em **documento;**

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, **sem previsão editalícia** ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela **condução das** atividades descritas neste termo.

Três Barras do Paraná, **30 de janeiro de 2025**

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

DOUGLAS POLTRONIERI
Fiscal Titular

JANDIRA SCHLLEMER
Fiscal suplente

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/02/2025 – 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: SIM

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08 HORAS DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **08H01M HORAS DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09 HORAS DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. O item desta licitação é de participação **EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,** conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal N° 05/2023, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.5.1.1. Estas empresas devem estar legalmente constituídas e enquadradas no regime de **MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, qualificada como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006, e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR ITEM**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).*

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s);

12.9.2. A licitante deverá apresentar **catálogo e especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado;**

12.9.3. A licitante deverá apresentar **declaração sobre a disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição;**

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora deverá entregar o equipamento objeto desta licitação no prazo de 30 dias (corridos), contados a partir do recebimento da ordem de compra.

21.1.1. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal devidamente aprovada pela Administração Pública Municipal.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra

princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de

dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Aquisição de Combustíveis.

Três Barras do Paraná, 30 de janeiro de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A aquisição contempla a contratação de 01 (um) cortador de grama giro zero, conforme especificações técnicas detalhadas. Este quantitativo foi definido com base nos estudos preliminares e na demanda operacional da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

2.2. O valor estimado da contratação é de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	PRODUTO / SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	EQUIP	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **Acionamento das lâminas:** embreagem elétrica; **Métodos de corte:** coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; **Material da plataforma de corte:** em aço; Três lâminas; **Velocidade da lâmina:** 93,9 m/s; **Sistema de elevação do deck:** Manual, ativado com o pé; **Material do eixo:** Ferro fundido. **Motor Potência mínima:** 24HP; **Cilindros:** 2; **Deslocamento do cilindro:** 726cm^3; **Resfriamento do motor:** a ar; **Tipo de lubrificante:** pressão cheia; **Tipo de combustível:** gasolina;	R$ 66.166,00	**R$ 66.166,00**

			Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; **Localização do tanque de combustível:** lateral; **Velocidade máxima:** 13,7 km/h. **Direção:** Hidrostática; **Altura desde a base do equipamento:** 106,68cm; **Comprimento desde a base do equipamento:** 191,77cm; **Área de corte recomendada:** 100.000m^2; **Produtividade média:** 11261 m^2/h;		
				TOTAL	**R$ 66.166,00**

2.3. A definição do quantitativo visa garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, considerando a capacidade operacional do equipamento e o impacto positivo esperado na produtividade das equipes de manutenção. A aquisição de uma unidade atende às necessidades prioritárias do município sem gerar sobrecarga orçamentária.

2.4. O valor estimado é justificado pela robustez e durabilidade do equipamento, que permitirão sua utilização em longo prazo. Além disso, a pesquisa de mercado garantiu que o preço está alinhado às condições praticadas no setor, promovendo transparência e competitividade no processo de contratação.

2.5. Dessa forma, a aquisição foi planejada de maneira a otimizar os recursos financeiros municipais, garantindo um impacto positivo tanto no curto quanto no longo prazo. Este planejamento reflete a responsabilidade da administração em atender às necessidades da população com eficiência e economicidade.

2.6. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.6.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais).

2.7. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.6.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A contratação é fundamentada na necessidade de modernizar os serviços de manutenção de áreas verdes, atendendo aos princípios de eficiência, economicidade e qualidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A substituição de equipamentos obsoletos por soluções tecnologicamente avançadas contribuirá para a melhoria da prestação de serviços à população.

3.2. A aquisição de um cortador de grama giro zero permite maior manobrabilidade e eficiência em espaços com áreas delimitadas e de difícil acesso, como praças e canteiros. Este modelo foi escolhido com base em estudos técnicos que demonstraram sua adequação às demandas municipais.

3.3. Os custos elevados de manutenção dos equipamentos antigos, somados à baixa produtividade das máquinas atualmente em uso, reforçam a necessidade de aquisição de um equipamento moderno e eficiente. Além disso, a melhoria nos serviços de manutenção de áreas verdes tem impacto direto na satisfação dos cidadãos e na qualidade de vida da população.

3.4. A contratação também é coerente com as diretrizes de sustentabilidade do município, pois o equipamento selecionado apresenta maior eficiência energética e menor impacto ambiental. Essa escolha reflete o compromisso da administração com a preservação ambiental e a responsabilidade social.

3.5. A implementação do equipamento permitirá a otimização do tempo e dos recursos humanos, garantindo maior eficácia nos serviços e a redistribuição das equipes para outras atividades prioritárias. Assim, a aquisição do cortador de grama giro zero representa um investimento estratégico para a gestão municipal.

3.6. Por fim, a aquisição contribuirá para o fortalecimento da imagem da administração pública como gestora eficiente e comprometida com a qualidade dos serviços prestados à população, alinhando-se às boas práticas de gestão pública.

4. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. A entrega do Cortador de Grama Giro Zero deverá ocorrer no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
Avenida Brasil, N° 245, Centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de um cortador de grama giro zero, que será integrado à frota da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a realização da manutenção de áreas verdes urbanas.

6.2. O equipamento selecionado possui tecnologia de ponta, com alta produtividade e capacidade de adaptação a diferentes tipos de terreno. Sua robustez e facilidade de manobra permitirão um desempenho superior em espaços como praças, parques e canteiros.

6.3. A solução abrange não apenas a aquisição do equipamento, mas também o treinamento das equipes operacionais e a implementação de um cronograma de manutenção preventiva, garantindo sua eficiência e durabilidade.

6.4. O uso do equipamento resultará em melhorias na qualidade do corte, redução do tempo de operação e menor desgaste dos servidores, que poderão se concentrar em outras atividades essenciais.

6.5. Essa solução está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo a modernização dos serviços municipais e respondendo de forma eficaz às necessidades da comunidade.

6.6. Por fim, a aquisição do equipamento contribuirá para a sustentabilidade dos serviços municipais, reduzindo custos operacionais e promovendo o uso responsável dos recursos públicos.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os requisitos da contratação incluem o atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, garantindo a aquisição de um equipamento de alta qualidade e durabilidade.

7.2. O fornecedor deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses** para o equipamento, bem como suporte técnico e fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia.

7.3. Além disso, o fornecedor deverá **realizar treinamento inicial para os servidores responsáveis pela operação do equipamento**, garantindo sua utilização correta e eficiente.

7.4. O transporte do equipamento até o local indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos é de responsabilidade do fornecedor, sem custos adicionais para a administração pública.

7.5. O processo licitatório deverá observar os princípios de transparência, legalidade e competitividade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para o município.

7.6. Por fim, o cumprimento das obrigações contratuais será monitorado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que adotará as medidas necessárias em caso de descumprimento.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa licitante deverá demonstrar capacidade técnica mediante a **apresentação de atestados de capacidade técnica de fornecimento de equipamentos similares**, preferencialmente com especificações técnicas equivalentes às exigidas no presente Termo de Referência.

8.2. Os atestados apresentados deverão comprovar a experiência no fornecimento de equipamentos para manutenção de áreas verdes, com ênfase em equipamentos do tipo giro zero, que garantam eficiência e durabilidade.

8.3. Será exigida comprovação de estrutura técnica adequada, incluindo disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado.

8.4. A licitante deverá apresentar **catálogos e especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado**, comprovando atendimento aos requisitos mínimos descritos no edital.

8.5. Será obrigatório que o equipamento ofertado possua motor com potência mínima de 24 HP, acionamento das lâminas por embreagem elétrica e plataforma de corte em aço, conforme especificado.

8.6. A capacitação técnica para operação e manutenção do equipamento deverá ser garantida pela empresa fornecedora, sendo necessário apresentar cronograma e material didático a serem utilizados no treinamento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. O objeto desta contratação consiste no fornecimento de 01 (um) cortador de grama do tipo giro zero, destinado à manutenção de áreas verdes, jardins e gramados de responsabilidade do contratante. O fornecimento deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade e a eficiência do equipamento.

9.2. A empresa contratada será responsável por entregar o equipamento em perfeitas condições de uso, devidamente montado, testado e acompanhado do manual técnico em português. É necessário que a entrega seja feita no local indicado pela administração, conforme cronograma acordado previamente entre as partes.

9.3. O fornecimento do equipamento deve atender às exigências das normas vigentes de segurança e qualidade, contemplando todos os acessórios descritos no edital. Será exigido também que o equipamento esteja acompanhado do certificado de garantia, com prazo mínimo de 12 meses, além de assistência técnica disponível no território nacional.

9.4. A empresa deverá disponibilizar suporte técnico para dúvidas relacionadas ao funcionamento e manutenção do equipamento, incluindo orientações quanto ao uso correto, visando à durabilidade e à segurança operacional.

9.5. Será exigida a emissão de um relatório técnico após a entrega do equipamento, detalhando a conformidade do produto com as especificações contratuais. Este documento será avaliado por uma comissão técnica do contratante antes da aprovação final do fornecimento.

9.6. Por fim, a empresa contratada deve estar apta a fornecer todas as informações necessárias, como origem do produto, manuais de operação, instruções de montagem e a garantia dos itens entregues, de forma clara e detalhada.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a aquisição do cortador de grama giro zero foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor de equipamentos para manutenção de áreas verdes. O valor médio identificado para o equipamento que atende às especificações técnicas exigidas é de **R$ 66.166,00 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2. O valor estimado inclui todos os custos associados ao fornecimento do equipamento, como transporte até o destino final, instalação, garantia técnica de no mínimo 12 meses e suporte técnico completo. Esse planejamento detalhado visa assegurar que a aquisição atenda integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, garantindo a funcionalidade e a durabilidade do bem adquirido.

12.3. Para assegurar a economicidade, o preço final será apurado por meio do processo licitatório, utilizando o critério de menor preço, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Todavia, serão consideradas somente propostas que atendam integralmente às especificações técnicas e aos requisitos legais descritos no Termo de Referência. A administração também avaliará a composição detalhada dos preços apresentados, verificando a coerência com o mercado e a viabilidade econômica da proposta.

12.4. O levantamento de mercado considerou empresas reconhecidas no setor, garantindo que o valor estimado esteja alinhado às melhores práticas comerciais. A estimativa reflete não apenas o custo do equipamento, mas também os benefícios operacionais a serem obtidos, como maior eficiência no corte de áreas verdes, redução de custos com manutenção e menor consumo de combustíveis. Esses fatores reforçam a adequação do investimento.

12.5. Adicionalmente, o custo estimado foi projetado levando em conta as especificações mínimas exigidas para o equipamento, que incluem motor com potência mínima de 24 HP, plataforma de corte em aço e sistema de acionamento por embreagem elétrica. Essas características são essenciais para assegurar o desempenho esperado nas operações de manutenção, garantindo retorno sobre o investimento e alinhamento às necessidades estratégicas do município.

12.6. Por fim, a administração pública reforça que a estimativa de R$ 66.166,00 é suficiente para atender ao objeto da contratação de maneira eficiente e econômica, considerando o levantamento realizado e a realidade orçamentária do município. Além disso, será priorizada a transparência durante o processo licitatório, com ampla divulgação do edital e detalhamento das condições de participação, assegurando a competitividade entre os fornecedores e a obtenção da proposta mais vantajosa para a gestão pública.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do cortador de grama giro zero será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.** Este prazo poderá ser ajustado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pelo contratante, no horário comercial e em condições adequadas de transporte, garantindo a integridade do equipamento. Qualquer avaria constatada no ato da entrega será motivo para recusa ou substituição imediata.

14.3. O fornecedor será responsável por garantir que o equipamento esteja em perfeitas condições de uso, devidamente testado e acompanhado de todos os documentos exigidos, como nota fiscal, certificado de garantia e manuais de operação.

14.4. A pontualidade na entrega será um critério fundamental para avaliação do cumprimento contratual. Eventuais atrasos deverão ser comunicados com antecedência e acompanhados de justificativas que serão analisadas pela administração.

14.5. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

14.6. Após a entrega, será realizada uma inspeção técnica para verificar a conformidade do equipamento com as especificações estabelecidas. Somente após a aprovação dessa inspeção é que o fornecimento será considerado concluído, permitindo a emissão do termo de recebimento definitivo.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

b) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

c) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

d) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.XXX.XXX-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as

especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA;**

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 68/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os veículos deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo II) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os veículos deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO II), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corrido, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de compra emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os

aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) Sr. DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o

fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° 68/2024 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 10/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **17 DE FEVEREIRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 30 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Na publicação do extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato Nº 01/2024 da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Oeste do Paraná (AMP), na página 402, edição 3204, na data de 29/01/2025, **ONDE SE LÊ**: Contratação de serviços de mídia para a transmissão ao vivo das Sessões Ordinárias e Extraordinárias do Legislativo Municipal, **LEIA-SE:** Serviços de formação e elaboração de cestas de preços para o setor de compras.

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 30 de janeiro de 2025.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:E61CCDB2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **14 DE FEVEREIRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.
Três Barras do Paraná-PR, 30 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:D39A8EEC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **17 DE FEVEREIRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.
Três Barras do Paraná-PR, 30 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:58A9555A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.127/2025

EDITAL Nº.127/2025
30.01.2025

CONCURSO Nº001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 14.8 do Edital de abertura nº 001/2023 e o requerimento do interessado,

TORNA PÚBLICO:

O deslocamento para o final da lista de classificação das Candidatas aprovadas no Concurso nº 001/2023, em seus respectivos cargos.

ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nome
1ª	MARIANA PANASSOLO

MÉDICO

Classificação	Nome
7ª	PAMELLA BUENO SENN

Ficam as candidatas acima descritas passando a figurar como último na lista classificatória.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:60C55554

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2024

Processo Adm: Nº 80/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA COMPLETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL
Empresas vencedoras valor total: R$ 519.900,00(quinhentos e dezenove mil e novecentos reais):PERFURIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA(04949630000168) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 519.900,00 (quinhentos e dezenove mil e novecentos reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 30 de janeiro de 2025
VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 66.166,00

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam as imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 739	Husqvana / TS148 COM COLETOR	66.160,00
PARTICIPANTE 218	Husqvarna Z248F / Husqvarna Z248F	120.000,00
PARTICIPANTE 512	TOYAMA / TOYAMA	66.166,00
PARTICIPANTE 770	Husqvarna / MZ 54	66.166,00
PARTICIPANTE 474	TEKNA / 17AREACM342	66.166,00
PARTICIPANTE 165	Husqvarna / MZ54	66.000,00
PARTICIPANTE 738	Toyama / 17AREACM342	66.000,00
PARTICIPANTE 765	TOYAMA DO BRASIL / GIRO ZERO - 17AREACM342	66.152,00
PARTICIPANTE 912	HUSQVARNA / MZ54	66.166,00
PARTICIPANTE 923	HUSQVARNA / 24 HP	66.000,00
PARTICIPANTE 283	propria / proria	66.160,00
PARTICIPANTE 247	Husqvarna / MZ54	66.165,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 66.166,00

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Autor	Marca/Modelo	Valor
CATIANO AZEREDO OTT	Husqvana / TS148 COM COLETOR	66.160,00
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Husqvarna Z248F / Husqvarna Z248F	120.000,00
G Z MENEGUSSO LTDA	TOYAMA / TOYAMA	66.166,00
53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL	Husqvarna / MZ 54	66.166,00
DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	TEKNA / 17AREACM342	66.166,00
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	Husqvarna / MZ54	66.000,00
BOSS COMERCIO LTDA	Toyama / 17AREACM342	66.000,00
DIOGO EMANUEL KUHN - ME	TOYAMA DO BRASIL / GIRO ZERO - 17AREACM342	66.152,00
R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	HUSQVARNA / MZ54	66.166,00
T3 THIRTY THREE LTDA	HUSQVARNA / 24 HP	66.000,00
META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	propria / proria	66.160,00
FM PECAS E MAQUINAS LTDA	Husqvarna / MZ54	66.165,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

MOVIMENTOS DO PROCESSO

30/01/2025 11:22:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
30/01/2025 15:01:44	**CADASTRO DE PROPOSTA**	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
07/02/2025 15:16:53	**CADASTRO DE PROPOSTA**	T3 THIRTY THREE LTDA
11/02/2025 20:03:11	**CADASTRO DE PROPOSTA**	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL
13/02/2025 21:56:46	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL
14/02/2025 13:46:42	**CADASTRO DE PROPOSTA**	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA
14/02/2025 16:10:52	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA
14/02/2025 17:23:46	**CADASTRO DE PROPOSTA**	G Z MENEGUSSO LTDA
16/02/2025 17:51:01	**CADASTRO DE PROPOSTA**	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
16/02/2025 19:04:28	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CATIANO AZEREDO OTT
16/02/2025 19:06:40	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CATIANO AZEREDO OTT
16/02/2025 22:05:56	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BOSS COMERCIO LTDA
16/02/2025 22:37:53	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DIOGO EMANUEL KUHN - ME
16/02/2025 23:21:33	**CADASTRO DE PROPOSTA**	FM PECAS E MAQUINAS LTDA
17/02/2025 07:58:09	**CADASTRO DE PROPOSTA**	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
17/02/2025 08:47:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia senhores conforme termo de referencia o equipamento deverá possuir coletor		

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 46.000,00 **Valor Total:** 46.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	165	38.029.650/0001-32	66.000,00	46.000,00		Sim
2	G Z MENEGUSSO LTDA	512	47.358.786/0001-87	66.166,00	47.099,99	2,39	Sim
3	CATIANO AZEREDO OTT	739	42.554.366/0001-52	66.160,00	47.810,00	1,51	Sim
4	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	912	32.144.229/0001-96	66.166,00	48.000,00	0,40	Sim
5	FM PECAS E MAQUINAS LTDA	247	14.233.242/0001-30	66.165,00	54.700,00	13,96	Sim
6	BOSS COMERCIO LTDA	738	52.476.533/0001-48	66.000,00	54.790,00	0,16	Sim
7	DIOGO EMANUEL KUHN - ME	765	36.374.350/0001-65	66.152,00	55.384,98	1,09	Sim
8	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	474	82.028.002/0001-53	66.166,00	57.994,97	4,71	Sim

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

9	META COMERCIO DE FERRAGENS E	283	27.518.373/0001-05	66.160,00	65.999,91	13,80	Sim
10	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL	770	53.953.936/0001-01	66.166,00	65.999,92	0,00	Sim
11	T3 THIRTY THREE LTDA	923	49.593.356/0001-75	66.000,00	66.000,00	0,00	Sim
12	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS	218	26.166.156/0001-30	120.000,00	120.000,00	81,82	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

30/01/2025 11:35:44	PUBLICADO		
30/01/2025 15:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
17/02/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
17/02/2025 09:00:15	DISPUTA		
17/02/2025 09:00:15	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	66.160,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	66.165,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	66.160,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 218)	120.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	T3 THIRTY THREE LTDA (PARTICIPANTE 923)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	66.152,00
17/02/2025 09:00:29	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.999,99
17/02/2025 09:00:43	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.994,99
17/02/2025 09:00:46	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.994,98
17/02/2025 09:00:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.994,98
17/02/2025 09:00:50	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.989,98
17/02/2025 09:00:52	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.989,97
17/02/2025 09:00:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.989,97
17/02/2025 09:00:56	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.984,97
17/02/2025 09:00:58	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.984,96
17/02/2025 09:00:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.984,96
17/02/2025 09:01:05	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.984,95
17/02/2025 09:01:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.984,95
17/02/2025 09:01:09	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.979,96
17/02/2025 09:01:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.979,95
17/02/2025 09:01:16	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.979,95
17/02/2025 09:01:26	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.974,95
17/02/2025 09:01:27	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.979,94
17/02/2025 09:01:30	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.979,94

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:01:36	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.974,94
17/02/2025 09:01:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.974,93
17/02/2025 09:01:42	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.974,92
17/02/2025 09:01:42	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.969,93
17/02/2025 09:01:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.969,92
17/02/2025 09:01:47	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.969,91
17/02/2025 09:01:48	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.964,92
17/02/2025 09:01:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.964,91
17/02/2025 09:01:53	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.964,90
17/02/2025 09:01:53	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.959,91
17/02/2025 09:01:55	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.959,90
17/02/2025 09:01:59	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.959,89
17/02/2025 09:01:59	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.954,90
17/02/2025 09:02:01	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.954,89
17/02/2025 09:02:04	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.954,88
17/02/2025 09:02:05	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.949,89
17/02/2025 09:02:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.949,88
17/02/2025 09:02:10	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.949,87
17/02/2025 09:02:11	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.944,88
17/02/2025 09:02:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.944,87
17/02/2025 09:02:16	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.944,86
17/02/2025 09:02:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.939,87
17/02/2025 09:02:18	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.939,86
17/02/2025 09:02:21	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.939,85
17/02/2025 09:02:23	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.934,85
17/02/2025 09:02:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.934,84
17/02/2025 09:02:27	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.934,83
17/02/2025 09:02:28	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.929,83
17/02/2025 09:02:30	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.929,82
17/02/2025 09:02:33	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.929,81
17/02/2025 09:02:34	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.924,81
17/02/2025 09:02:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.924,80
17/02/2025 09:02:39	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.924,79
17/02/2025 09:02:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.919,79
17/02/2025 09:02:41	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.919,78
17/02/2025 09:02:44	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	65.000,00
17/02/2025 09:02:44	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.919,77
17/02/2025 09:02:46	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	64.995,00
17/02/2025 09:02:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	64.994,99
17/02/2025 09:02:50	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	64.994,98
17/02/2025 09:02:51	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	64.000,00
17/02/2025 09:02:52	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	64.989,98
17/02/2025 09:02:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	63.999,99
17/02/2025 09:02:56	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	63.999,98

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:02:57	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	63.994,98
17/02/2025 09:02:58	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	62.000,00
17/02/2025 09:02:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	61.999,99
17/02/2025 09:03:02	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	61.999,98
17/02/2025 09:03:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	61.994,98
17/02/2025 09:03:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	61.994,97
17/02/2025 09:03:05	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	60.000,00
17/02/2025 09:03:07	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.999,99
17/02/2025 09:03:09	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.994,99
17/02/2025 09:03:10	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.994,98
17/02/2025 09:03:13	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	64.900,00
17/02/2025 09:03:13	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.994,97
17/02/2025 09:03:14	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.989,97
17/02/2025 09:03:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.989,96
17/02/2025 09:03:19	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.989,95
17/02/2025 09:03:20	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.984,95
17/02/2025 09:03:21	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.984,94
17/02/2025 09:03:24	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.984,93
17/02/2025 09:03:26	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.979,93
17/02/2025 09:03:27	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	58.000,00
17/02/2025 09:03:30	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	57.999,99
17/02/2025 09:03:32	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.994,99
17/02/2025 09:03:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.994,98
17/02/2025 09:03:36	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	57.994,97
17/02/2025 09:03:38	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.989,97
17/02/2025 09:03:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.989,96
17/02/2025 09:03:43	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.984,96
17/02/2025 09:03:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.984,95
17/02/2025 09:03:49	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.979,95
17/02/2025 09:03:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.979,94
17/02/2025 09:03:55	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.974,94
17/02/2025 09:03:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.974,93
17/02/2025 09:04:00	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.969,93
17/02/2025 09:04:01	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.969,92
17/02/2025 09:04:07	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.964,92
17/02/2025 09:04:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.964,91
17/02/2025 09:04:16	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	57.500,00
17/02/2025 09:04:19	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.495,00
17/02/2025 09:04:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.499,99
17/02/2025 09:04:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.494,99
17/02/2025 09:04:30	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.489,99
17/02/2025 09:04:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.489,98
17/02/2025 09:04:42	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.484,98
17/02/2025 09:04:48	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.484,97

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:04:53	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.479,97
17/02/2025 09:04:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.479,96
17/02/2025 09:05:05	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.474,96
17/02/2025 09:05:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.474,95
17/02/2025 09:05:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.469,95
17/02/2025 09:05:22	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.469,94
17/02/2025 09:05:28	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.464,94
17/02/2025 09:05:34	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.464,93
17/02/2025 09:05:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.459,93
17/02/2025 09:05:46	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.459,92
17/02/2025 09:05:52	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.454,92
17/02/2025 09:05:57	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.454,91
17/02/2025 09:06:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.449,91
17/02/2025 09:06:11	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.449,90
17/02/2025 09:06:14	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.444,90
17/02/2025 09:06:21	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.444,89
17/02/2025 09:06:27	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.439,89
17/02/2025 09:06:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.439,88
17/02/2025 09:06:38	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.434,88
17/02/2025 09:06:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.434,87
17/02/2025 09:06:47	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	66.159,00
17/02/2025 09:06:50	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.429,87
17/02/2025 09:06:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.429,86
17/02/2025 09:07:01	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.424,86
17/02/2025 09:07:08	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.424,85
17/02/2025 09:07:11	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	63.800,00
17/02/2025 09:07:13	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.419,85
17/02/2025 09:07:20	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.419,84
17/02/2025 09:07:25	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.414,84
17/02/2025 09:07:31	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.414,83
17/02/2025 09:07:36	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.409,83
17/02/2025 09:07:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.409,82
17/02/2025 09:07:48	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.404,82
17/02/2025 09:07:55	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.404,81
17/02/2025 09:08:00	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.399,81
17/02/2025 09:08:03	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	57.000,00
17/02/2025 09:08:06	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.995,00
17/02/2025 09:08:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.999,99
17/02/2025 09:08:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.994,99
17/02/2025 09:08:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.989,99
17/02/2025 09:08:17	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
17/02/2025 09:08:18	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.989,98
17/02/2025 09:08:23	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.984,98
17/02/2025 09:08:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.984,97

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:08:29	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.979,97
17/02/2025 09:08:35	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.979,96
17/02/2025 09:08:37	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.800,00
17/02/2025 09:08:38	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	57.900,00
17/02/2025 09:08:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.795,00
17/02/2025 09:08:41	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.799,99
17/02/2025 09:08:42	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	56.000,00
17/02/2025 09:08:46	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.995,00
17/02/2025 09:08:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.999,99
17/02/2025 09:08:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.994,99
17/02/2025 09:09:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.989,99
17/02/2025 09:09:04	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	55.900,00
17/02/2025 09:09:07	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	55.800,00
17/02/2025 09:09:10	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.795,00
17/02/2025 09:09:10	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.799,99
17/02/2025 09:09:16	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.794,99
17/02/2025 09:09:22	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.789,99
17/02/2025 09:09:27	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.789,98
17/02/2025 09:09:28	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.500,00
17/02/2025 09:09:29	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	55.400,00
17/02/2025 09:09:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.399,99
17/02/2025 09:09:33	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.395,00
17/02/2025 09:09:34	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.200,00
17/02/2025 09:09:39	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.394,99
17/02/2025 09:09:44	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.389,99
17/02/2025 09:09:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.389,98
17/02/2025 09:09:52	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	54.900,00
17/02/2025 09:09:56	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.384,98
17/02/2025 09:10:02	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	54.899,99
17/02/2025 09:10:04	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	54.000,00
17/02/2025 09:10:09	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	53.999,99
17/02/2025 09:10:26	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,99
17/02/2025 09:10:30	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	53.000,00
17/02/2025 09:10:32	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.999,99
17/02/2025 09:10:38	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	53.900,00
17/02/2025 09:10:50	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.800,00
17/02/2025 09:10:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.799,99
17/02/2025 09:11:25	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.750,00
17/02/2025 09:11:26	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.749,99
17/02/2025 09:11:37	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.740,00
17/02/2025 09:11:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.739,99
17/02/2025 09:11:51	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.730,00
17/02/2025 09:11:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.729,99
17/02/2025 09:12:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.500,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:12:08	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.499,99
17/02/2025 09:12:19	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.490,00
17/02/2025 09:12:22	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	52.000,00
17/02/2025 09:12:25	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.999,99
17/02/2025 09:12:31	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.999,00
17/02/2025 09:12:37	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.998,99
17/02/2025 09:12:41	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.900,00
17/02/2025 09:12:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.899,99
17/02/2025 09:12:47	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,98
17/02/2025 09:12:50	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.990,00
17/02/2025 09:12:50	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.500,00
17/02/2025 09:12:54	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.499,99
17/02/2025 09:13:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.400,00
17/02/2025 09:13:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.399,99
17/02/2025 09:13:07	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.000,00
17/02/2025 09:13:11	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	54.800,00
17/02/2025 09:13:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.999,99
17/02/2025 09:13:29	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,97
17/02/2025 09:13:31	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.900,00
17/02/2025 09:13:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.899,99
17/02/2025 09:13:41	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	50.800,00
17/02/2025 09:13:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.799,99
17/02/2025 09:13:49	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.400,00
17/02/2025 09:13:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.399,99
17/02/2025 09:13:59	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	50.300,00
17/02/2025 09:14:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.299,99
17/02/2025 09:14:06	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.390,00
17/02/2025 09:14:26	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,96
17/02/2025 09:14:27	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,95
17/02/2025 09:14:38	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	49.000,00
17/02/2025 09:14:43	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,94
17/02/2025 09:14:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.999,99
17/02/2025 09:15:03	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,93
17/02/2025 09:15:15	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.950,00
17/02/2025 09:15:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.949,99
17/02/2025 09:15:19	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	54.790,00
17/02/2025 09:15:25	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,92
17/02/2025 09:15:35	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.900,00
17/02/2025 09:15:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.899,99
17/02/2025 09:15:47	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.800,00
17/02/2025 09:15:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.799,99
17/02/2025 09:16:02	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.700,00
17/02/2025 09:16:05	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.699,99
17/02/2025 09:16:19	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.650,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:16:22	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.649,99
17/02/2025 09:16:36	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	48.500,00
17/02/2025 09:16:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.640,00
17/02/2025 09:16:39	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.499,99
17/02/2025 09:16:46	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.400,00
17/02/2025 09:16:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.399,99
17/02/2025 09:17:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.300,00
17/02/2025 09:17:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.299,99
17/02/2025 09:17:16	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	48.000,00
17/02/2025 09:17:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.999,99
17/02/2025 09:17:20	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.250,00
17/02/2025 09:17:26	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	54.700,00
17/02/2025 09:17:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.950,00
17/02/2025 09:17:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.949,99
17/02/2025 09:17:51	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.940,00
17/02/2025 09:17:54	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.939,99
17/02/2025 09:18:03	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.930,00
17/02/2025 09:18:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.929,99
17/02/2025 09:18:14	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	47.900,00
17/02/2025 09:18:17	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.899,99
17/02/2025 09:18:27	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.920,00
17/02/2025 09:18:39	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.849,00
17/02/2025 09:18:40	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.848,99
17/02/2025 09:18:59	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.840,00
17/02/2025 09:19:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.839,99
17/02/2025 09:19:22	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	47.810,00
17/02/2025 09:19:23	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,91
17/02/2025 09:19:27	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.809,99
17/02/2025 09:19:28	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.830,00
17/02/2025 09:19:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.700,00
17/02/2025 09:19:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.699,99
17/02/2025 09:20:12	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.600,00
17/02/2025 09:20:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.599,99
17/02/2025 09:20:23	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.500,00
17/02/2025 09:20:25	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.499,99
17/02/2025 09:20:32	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.300,00
17/02/2025 09:20:37	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.299,99
17/02/2025 09:20:43	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.200,00
17/02/2025 09:20:48	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.199,99
17/02/2025 09:20:54	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.100,00
17/02/2025 09:21:00	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.099,99
17/02/2025 09:21:11	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	46.000,00
17/02/2025 09:23:11	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:23:11 HABILITAÇÃO

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

TOTAL DO PROCESSO: **46.000,00**

M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA **38.029.650/0001-32** **46.000,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 165 Lance: 46.000,00 **Total: 46.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 66.166,00 **Valor Unit.: 46.000,00** Total Item: 46.000,00

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Inscrição Estadual: 260802379
Inscrição Municipal: 31775

TERMO DE EXEQUIBILIDADE

Ao,
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Referência: Concorrência Eletrônica n.º 05/2025

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO".**

Eu, Matheus Puolo Scarpa Laminn, portadora da Carteira de Identidade nº 6.682.681 e do CPF nº 097.039.139-03, legalmente nomeada Representante Legal da Empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ/MF 38.029.650/0001-32, para o fim de qualificação no procedimento licitatório supra citado, **declaro**, que temos pleno conhecimento do custo de todos os produtos que orçamos cuidadosamente os itens da planilha orçamentária, levando em consideração suas características e que nos comprometemos a executar a mesma de forma exímia, atendendo todas as exigências do edital e seus anexos.
Afirmamos ainda que temos sólido conhecimento da área em que atuamos, que 60% dos nossos contratos são com órgãos públicos firmados através de processos licitatórios, que já realizamos diversas vendas com as mesmas características, executando-as todas com excelência e entregando-as sempre com plena satisfação dos clientes.
Informamos ainda que atuamos no mercado de comércio (atacado e varejo) de Maquinas e equipamentos o que nós ajuda significantemente no custo dos insumos e que o desconto ofertado por nossa empresa, está dentro do qual programamos para este certame e que sempre realizamos essas disputas com máxima prudência e racionalidade.
Diante do exposto, respeitosamente, reenterramos o compromisso com a nossa proposta e reforçamos a declaração de exequibilidade da mesma.

Atenciosamente, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Palhoça 17 de fevereiro de 2025

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903 Assinado de forma digital por MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903 Dados: 2025.02.17 17:39:16 -03'00'

Matheus P. S. Laminn – *Socio Administrador*
RG 6.681.682 / CPF 097.039.139-03

M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA:38029650000132

Av. Bom Jesus De Nazaré N°1115 Aririu, Palhoça/SC CEP 88132100
Contato (48) 996302384 E-mail: loja@m2tecmaquinas.com

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **M2TEC ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **38.029.650/0001-32,** estabelecida na Rua Nelson Floriano Campos, na cidade de Palhoça, estado de Santa Catarina, forneceu **dois tratores cortadores de grama do tipo giro zero e peças, marca Husqvarna, modelo MZ54** à **SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SMMADS**, e **peças para roçadeiras, motosserras, motopodas**, **à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FLORAM**, estabelecidas na Rua Quatorze de Julho, nº 375, bairro Estreito, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, utilizados na frota desta secretaria.

Informamos ainda que as entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Florianópolis, 08 de setembro de 2022.

PABLO RODRIGO COLOMBO:02037976984
Assinado de forma digital por PABLO RODRIGO COLOMBO:02037976984
Dados: 2023.09.08 16:16:37 -03'00'

Pablo R. COLOMBO
Técnico em Mecânica / MAT. 7754
CFT-BR nº 0203797698-4
Licitações e Contratos
Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ nº 38.029.650/0001-32

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 21/01/1999, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 097.039.139-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 6682681, órgão expedidor SSP- - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA JACOB VILLAIN FILHO, 4101, GUARDA DO CUBATAO, PALHOCA, SC, CEP 88135398, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42206364835, com sede Avenida Bom Jesus de Nazare, 1115 , Aririu Palhoça, SC, CEP 88135100, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 38.029.650/0001-32, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
SERVICOS PAISAGISTICAS, LIMPEZA, MANUTENCAO, CAPINACAO, ROCADA DE JARDINS, GRAMADOS E VIAS PUBLICAS, TAIS COMO PRACAS, PARQUES, RUAS E ESTRADAS. PODA E PLANTIO DE ARVORES, MANUTEN O E REPARA O DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA REPARADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA, INDEPENDENTE COM RCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS USADOS COM RCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COM RCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES PARA USO AUTOMOTIVO E PARA OUTROS USOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE LUBRIFICANTES SERVI OS DE ALUGUEL DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR LOCADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR, INDEPENDENTE SERVI OS DE ALUGUEL DE OUTRAS M QUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS N O ESPECIFI, OBRAS DE URBANIZACAO, CONSTRUCAO E MANUTENCAO EM RUAS, PRACAS E CALCADAS, TRABALHOS DE SUPERFICIE, PAVIMENTACAO E SINALIZACAO COM PINTURA NAS VIAS PUBLICAS..

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em PALHOÇA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 30/11/2023
Certifico o Registro em 30/11/2023 Data dos Efeitos 28/11/2023
Arquivamento 20236699172 Protocolo 236699172 de 28/11/2023 NIRE 42206364835
Nome da empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 164669197645262
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/11/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=aFCLCMDAXnMEmughG-crNQ&chave2=UgEcwwsph_-cKGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 09703913903-MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ nº 38.029.650/0001-32

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 21/01/1999, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 097.039.139-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 6682681, órgão expedidor SSP- - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA JACOB VILLAIN FILHO, 4101, GUARDA DO CUBATAO, PALHOCA, SC, CEP 88135398, BRASIL.

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob a denominação social de M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA.

Cláusula Segunda: A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Palhoça (SC), situada Avenida Bom Jesus de Nazare, 1115 , Aririu Palhoça, SC, CEP 88135100.

Cláusula Terceira. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
SERVICOS PAISAGISTICAS, LIMPEZA, MANUTENCAO, CAPINACAO, ROCADA DE JARDINS, GRAMADOS E VIAS PUBLICAS, TAIS COMO PRACAS, PARQUES, RUAS E ESTRADAS. PODA E PLANTIO DE ARVORES, MANUTEN O E REPARA O DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA REPARADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA, INDEPENDENTE COM RCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS USADOS COM RCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COM RCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES PARA USO AUTOMOTIVO E PARA OUTROS USOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE LUBRIFICANTES SERVI OS DE ALUGUEL DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR LOCADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR, INDEPENDENTE SERVI OS DE ALUGUEL DE OUTRAS M QUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS N O ESPECIFI, OBRAS DE URBANIZACAO, CONSTRUCAO E MANUTENCAO EM RUAS, PRACAS E CALCADAS, TRABALHOS DE SUPERFICIE, PAVIMENTACAO E SINALIZACAO COM PINTURA NAS VIAS PUBLICAS..

Cláusula Quarta: A sociedade iniciou suas atividades em 10/08/2020 e o prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula Quinta: O capital totalmente integralizado de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 100.000 (cem mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios, este fica assim distribuído:

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN, com 100.000 (cem mil) quotas, perfazendo um total de R$ 100.000,00 (cem mil reais) integralizado.

Cláusula Sexta: Serão regidas pela legislação aplicável à matéria, tanto ao valor das quotas, integralização do capital social, a retirada de sócio quanto à dissolução e a liquidação da sociedade.

Cláusula sétima: Cada sócio se responsabiliza conforme suas quotas do capital social.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 30/11/2023
Certifico o Registro em 30/11/2023 Data dos Efeitos 28/11/2023
Arquivamento 20236699172 Protocolo 236699172 de 28/11/2023 NIRE 42206364835
Nome da empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 164669197645262
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/11/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ nº 38.029.650/0001-32

Cláusula Oitava: A Administração da sociedade será exercida ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN , e a ele caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo Único: No exercício da administração, o(a) administrador(a) poderá retirar valor mensal a título de pro labore.

Cláusula Nona: O exercício social terminará em 31/12, quando serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico e será efetuada a apuração e a distribuição dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

Parágrafo Primeiro: Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

Parágrafo Segundo: A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação dos sócios desde que aprovada pelos sócios quotistas.

Cláusula Décima: O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se a Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, mediante levantamento de balanço geral específico para esse fim, tudo em conformidade com a legislação em vigor.

Cláusula Décima Primeira: O(s) Administrador (es) declaram, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Cláusula Décima Segunda: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei n° 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Cláusula Décima Terceira: Fica eleito o foro da comarca de PALHOÇA, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

PALHOÇA, 28 de novembro de 2023.

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 30/11/2023
Certifico o Registro em 30/11/2023 Data dos Efeitos 28/11/2023
Arquivamento 20236699172 Protocolo 236699172 de 28/11/2023 NIRE 42206364835
Nome da empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 164669197645262
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/11/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ nº 38.029.650/0001-32

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 30/11/2023
Certifico o Registro em 30/11/2023 Data dos Efeitos 28/11/2023
Arquivamento 20236699172 Protocolo 236699172 de 28/11/2023 NIRE 42206364835
Nome da empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 164669197645262
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/11/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

236699172

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
PROTOCOLO	236699172 - 28/11/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42206364835
CNPJ 38.029.650/0001-32
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/11/2023
SOB N: 20236699172

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20236699172

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 09703913903 - MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN - Assinado em 28/11/2023 ás 17:47:03

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 30/11/2023
Certifico o Registro em 30/11/2023 Data dos Efeitos 28/11/2023
Arquivamento 20236699172 Protocolo 236699172 de 28/11/2023 NIRE 42206364835
Nome da empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 164669197645262
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/11/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

JUCESC

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42206364835	38.029.650/0001-32	10/08/2020	10/08/2020
Endereço: AVENIDA BOM JESUS DE NAZARE, 1115, ARIRIU, PALHOÇA, SC - CEP: 88135100			

OBJETO SOCIAL
SERVICOS PAISAGISTICAS, LIMPEZA, MANUTENCAO, CAPINACAO, ROCADA DE JARDINS, GRAMADOS E VIAS PUBLICAS, TAIS COMO PRACAS, PARQUES, RUAS E ESTRADAS. PODA E PLANTIO DE ARVORES, MANUTEN O E REPARA O DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA REPARADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECU RIA, INDEPENDENTE COM RCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS USADOS COM RCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COM RCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES PARA USO AUTOMOTIVO E PARA OUTROS USOS COMERCIANTE INDEPENDENTE DE LUBRIFICANTES SERVI OS DE ALUGUEL DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR LOCADOR DE M QUINAS E EQUIPAMENTOS AGR COLAS SEM OPERADOR, INDEPENDENTE SERVI OS DE ALUGUEL DE OUTRAS M QUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS N O ESPECIFI, OBRAS DE URBANIZACAO, CONSTRUCAO E MANUTENCAO EM RUAS, PRACAS E CALCADAS, TRABALHOS DE SUPERFICIE, PAVIMENTACAO E SINALIZACAO COM PINTURA NAS VIAS PUBLICAS.

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS R$ Capital integralizado: 100.000,00 CEM MIL REAIS	Microempresa	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN 097.039.139-03	100.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN 097.039.139-03	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data: 09/06/2024 Número: M1744214714		REGISTRO ATIVO	TRANSFORMADA
Ato: 351 - DESENQUADRAMENTO DE MEI Evento: 351 - DESENQUADRAMENTO DE MEI			

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX

259184454

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 19707800404743 EMITIDA: 16/02/2025 PROTOCOLO: 259184454

JUCESC

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42206364835	CNPJ 38.029.650/0001-32	Arquivamento do ato Constituitivo 10/08/2020	Inicio da atividade 10/08/2020
Endereço: AVENIDA BOM JESUS DE NAZARE, 1115, ARIRIU, PALHOÇA, SC - CEP: 88135100			

Observação

FLORIANOPOLIS - SC, 16 de Fevereiro de 2025

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

259184454

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 19707800404743 EMITIDA: 16/02/2025 PROTOCOLO: 259184454

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: M2 ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ: 49.772.636/0001-40

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:14:41 do dia 21/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/02/2025.
Código de controle da certidão: **A24E.CEA7.4E8B.91EB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:46:45 do dia 19/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/08/2025.
Código de controle da certidão: **8A9F.B500.8C3F.C714**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA**
CNPJ/CPF: **38.029.650/0001-32**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**250140005783866**
Data de emissão:	**07/01/2025 10:09:52**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	**06/07/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/02/2025 20:17:08

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 16/02/2025

MUNICÍPIO DE PALHOÇA
ESTADO SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 22560/2025

Contribuinte

Nome/Razão:	**39991474 - M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA**		
CNPJ/CPF:	38.029.650/0001-32		
Endereço:	AVENIDA BOM JESUS DE NAZARE, 1115		
Complemento:			
Bairro:	ARIRIU	CEP: 88.135-100	
Cidade:	Palhoça	Estado: Santa Catarina	

Finalidade

Certidão de Débito - Contribuinte

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na internet no endereço eletrônico do município, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.

Válida por 30 dias a partir da data de emissão.

Palhoça - SC, 16 de fevereiro de 2025

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Certidão nº: 67920665/2024
Expedição: 03/10/2024, às 16:30:39
Validade: 01/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.029.650/0001-32, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SC

NOME
MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
6682681 SSP SC

CPF
097.039.139-03

DATA NASCIMENTO
21/01/1999

FILIAÇÃO
MARIO CESAR LAMINN
ANA PAULA SCARPA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06881165168

VALIDADE
26/05/2029

1ª HABILITAÇÃO
17/07/2017

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2397768304

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FLORIANOPOLIS, SC

DATA EMISSÃO
30/05/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

49075371188
SC174950845

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN

2397768304

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
38.029.650/0001-32 MATRIZ		10/08/2020

NOME EMPRESARIAL
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BOM JESUS DE NAZARE	1115	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.135-100	ARIRIU	PALHOCA	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MATHEUSPUOLO1999@GMAIL.COM	(48) 9630-2384

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/08/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/01/2025** às **11:28:21** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.029.650/0001-32
Razão Social: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Endereço: R NELSON FLORIANO CAMPOS 1701 / PACHECOS / PALHOCA / SC / 88135-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/02/2025 a 06/03/2025

Certificação Número: 2025020520545587752115

Informação obtida em 16/02/2025 18:27:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
38.029.650/0001-32 MATRIZ		10/08/2020

NOME EMPRESARIAL
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BOM JESUS DE NAZARE	1115	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.135-100	ARIRIU	PALHOCA	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MATHEUSPUOLO1999@GMAIL.COM	(48) 9630-2384

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/08/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/01/2025** às **14:26:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Inscrição Estadual: 260802379
Inscrição Municipal: 31775

Declaração Conjunta

A empresa M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 38.029.650/0001-32, com endereço em AV. BOM JESUS DE NAZARÉ Nº1115 ARIRIU, na cidade de PALHOÇA-SC, telefone (48)99943-8686, e-mail LICITAÇÃO@M2TECMAQUINAS.COM, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. MATHEUS P. S. LAMINN, portador do RG N° 6.682.681, CPF sob N° 097.039.139-03, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Inscrição Estadual: 260802379
Inscrição Municipal: 31775

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Palhoça, 17 de fevereiro de 2025

Matheus P. S. Laminn - *Socio Administrador*
Rg 6.682.681 / Cpf 097.039.139-03

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	38.029.650/0001-32
Número de Ordem do Livro:	4
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ 412.702,90	R$ 835.025,18
VENDA DE MERCADORIAS		R$ 274.175,36	R$ 773.682,64
SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 138.527,54	R$ 61.342,54
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (25.918,13)	R$ (59.009,07)
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS		R$ (3.179,25)	R$ 0,00
(-) (-) SIMPLES NACIONAL		R$ (22.738,88)	R$ (59.009,07)
= RECEITA LÍQUIDA		R$ 386.784,77	R$ 776.016,11
(-) (-) CMV		R$ (299.160,56)	R$ (299.384,26)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (88.501,91)	R$ (0,00)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (210.658,65)	R$ (299.384,26)
= LUCRO BRUTO		R$ 87.624,21	R$ 476.631,85
(-) (-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (102.158,27)	R$ (354.538,13)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (102.158,27)	R$ (354.538,13)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R$ (0,00)	R$ (38.920,86)
(-) PRÓ-LABORE		R$ (0,00)	R$ (15.768,00)
(-) 13º SALÁRIO		R$ (0,00)	R$ (3.312,50)
(-) FÉRIAS		R$ (0,00)	R$ (4.416,66)
(-) FGTS		R$ (0,00)	R$ (4.123,81)
(-) ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL		R$ (0,00)	R$ (167,88)
(-) ALUGUÉIS DE IMÓVEIS		R$ (0,00)	R$ (8.000,00)
(-) ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ (2.000,00)	R$ (0,00)
(-) TAXAS DIVERSAS		R$ (227,03)	R$ (2.427,82)
(-) MULTAS DE MORA		R$ (189,75)	R$ (198,19)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R$ (2.047,37)	R$ (2.366,77)
(-) COMBUSTIVEL		R$ (15.357,71)	R$ (22.756,23)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R$ (4.791,85)	R$ (25.147,00)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R$ (3.337,74)	R$ (4.412,06)
(-) ESTACIONAMENTO E PEDAGIO		R$ (0,00)	R$ (77,20)
(-) FRETES		R$ (1.403,70)	R$ (848,61)
(-) HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R$ (3.165,00)	R$ (3.870,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R$ (9,50)	R$ (63,47)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA		R$ (146,16)	R$ (114,42)
(-) MATERIAL USO E CONSUMO		R$ (13.011,13)	R$ (36.740,05)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R$ (54.825,27)	R$ (179.458,97)
(-) TELEFONE		R$ (451,37)	R$ (381,46)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R$ (133,45)	R$ (0,00)
(-) SEGUROS		R$ (0,00)	R$ (109,29)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R$ (8,63)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS CARTORÁRIAS		R$ (0,00)	R$ (60,40)
(-) DESPESAS COM INTERNET		R$ (1.052,61)	R$ (250,34)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R$ (0,00)	R$ (546,14)
(-) (+/-) RECEITAS FINANCEIRAS		R$ (1.045,69)	R$ (2.094,28)
(-) JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		R$ (273,59)	R$ (2.094,28)

Número do pedido: 3827287
FOLHA: 1 / 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALêNCIA Nº: 3827287
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN
Raiz do CNPJ: 38.029.650
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : PALHOCA
Endereço da sede : Avenida Bom Jesus de Nazaré, 1115

Certidão emitida às 20:23 de 16/02/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsc.jus.br/download - Solicitado por: Matheus Puolo Scarpa Laminn - CPF: ***.039.139-** gov.br Ouro

BRT-1200154

Husqvarna



COLLECTOR 3 Bag, 54" ClearCut deck MZ54

Coletor de grande capacidade disponível com dois ou três compartimentos. 210/315 litros.

Dados do produto

GTIN-13/EAN	7391736408325

BRT-1200154



MZ54 ZERO TURN

Leve o desempenho, a produtividade e o conforto a um novo patamar com os cortadores de grama de giro zero da série MZ da Husqvarna. Nossa plataforma fabricada ClearCut™ foi projetada para um desempenho de corte superior, com lâminas de alta qualidade e um design aerodinâmico. Mas potente não significa desconfortável - os cortadores de grama MZ oferecem um assento confortável e de bom apoio, além de fácil manutenção com os pontos de serviço de acesso rápido. Esse cortador de grama também conta com o ROPS (Roll Over Protection System), nosso sistema dobrável de proteção contra capotamento, que oferece proteção quando você precisa e funcionalidade quando não precisa.

M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Inscrição Estadual: 260802379
Inscrição Municipal: 31775

Proposta Comercial

À Prefeitura Municipal de Tres Barras do Parana

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO"**

Nome da Licitante: M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Número do CNPJ: 38.029.650/0001-32
Número da Inscrição Estadual:260802379
Endereço Completo: Av. Bom Jesus De Nazaré N°1115 Aririu, Palhoça/SC CEP 88132100
Telefone: (48) 99943-8686
E-mail:licitacao@m2tecmaquinas.com

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNI	PREÇO TOTAL
01	TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO MZ54 COM COLETOR , COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP; Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm^3; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia; Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h. Direção: Hidrostática; Altura desde a base do equipamento: 106,68cm;	HUSQVARNA / MZ54	R$46.000,00	46.000,00

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903 Assinado de forma digital por MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903 Dados: 2025.02.17 10:52:24 -03'00'

M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA:38029650000132 Assinado de forma digital por M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA:38029650000132 Dados: 2025.02.17 10:52:12 -03'00'

M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
CNPJ: 38.029.650/0001-32
Inscrição Estadual: 260802379
Inscrição Municipal: 31775

	Comprimento desde a base do equipamento: 191,77cm; Área de corte recomendada: 100.000m^2; Produtividade média: 11261 m^2/h;			
				R$46.000,00

Valor global da proposta: R$ 46.000,00 (QUARENTA E SEIS MIL REAIS).
Validade da Proposta: 60 (NOVENTA) dias.
Prazo de entrega: 30 dias
Prazo de garantia: 1 ANO (12 MESES)

Palhoça, 17 de fevereiro de 2025

MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903

Assinado de forma digital por MATHEUS PUOLO SCARPA LAMINN:09703913903
Dados: 2025.02.17 10:02:39 -03'00'

Matheus P. S. Laminn – Socio administrador
CPF:097.039.139-03

Plataforma de corte

Métodos de corte (filtro)	Collecting, Mulching, Side discharge
Tipo da plataforma de corte	ClearCut™ - Fabricated
Altura de corte, min-máx min	38,1 mm
Altura de corte, min-máx max	114,3 mm

Capacidade

Largura de corte	137 cm
Velocidade à frente, min-máx min	0 km/h
Velocidade à frente, min-máx max	13,7 km/h

Motor

Modelo do motor	FR Series
Deslocamento do cilindro	726 cm^3
Volume do tanque de combustível	18,9 l

Dados do produto

Brand	Husqvarna

Dimensões

Peso	349,3 kg

Equipamento

Tipo de assento	Premium High back 21" with armrest

Emissão

Emissões de escape (CO2 EU V)	792 g/kWh

Controle

Conectividade	Not applicable


Husqvarna

FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA
CNPJ 14.233.242/0001-30
NIRE 42205515422

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

MARCOS VINICIUS MOCELIN, brasileiro, nascido em 21/12/1986, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 048.489.329-71, portador da Cédula de Identidade nº 3.614.977, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes, nº 54, Edificio Infinity Tower, apto 902, bairro Centro, no município de Concórdia/SC, CEP 89700-150.

FILIPE MATHEUS MOCELIN, brasileiro, nascido em 19/12/1990, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 079.637.309-47, portador da Cédula de Identidade nº 4.506.979, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Dep. Carlos Buchele, nº 25, apto 303, bairro Centro, no município de Concórdia/SC, CEP 89700-130.

ÚNICOS sócios da Sociedade Empresarial Limitada que gira sob a denominação social **FM PEÇAS E MAQUINAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado com sua sede social na Avenida Fernando Machado, nº1925 – D, bairro São Cistóvão, no município de Chapecó/SC, CEP 89803-000, inscrita no CNPJ sob nº 14.233.242/0001-30, através de seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESC sob nº 42205515422, resolvem de pleno e comum acordo por este instrumento **ALTERAR** o seu Contrato Social da seguinte forma:

1. Aprovada neste ato a alteração do endereço da emrpesa aonde passa a ser na Rua Aurélio Guedes, nº 240, bairro Industriários, na cidade de Concórdia/SC, CEP 89705-082. Diante do exposto resta alterada a Cláusula 2ª, que passa a vigorar com a seguinte redação.

> **CLÁUSULA 2ª**: A Sociedade tem sua sede e foro na Rua Aurélio Guedes, nº 240, bairro Industriários, na cidade de Concórdia/SC, CEP 89705-082

E na melhor forma de direito **CONSOLIDAR** o Contrato Social, com suas alterações acima descritas, que se regerá pela Lei 10.406 de 11 de janeiro de 2002, através de seu novo Código Civil Brasileiro e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie, passando a vigorar com as seguintes cláusulas:

CONTRATO SOCIAL
CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

CLÁUSULA 1ª: A Sociedade gira sob a denominação social de **FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.233.242/0001-30, através de seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESC sob o NIRE nº 42205515422.

CLÁUSULA 2ª: A Sociedade tem sua sede e foro na Rua Aurélio Guedes, nº 240, bairro Industriários, na cidade de Concórdia/SC, CEP 89705-082

CLÁUSULA 3ª: A sociedade poderá, a critério e por deliberação da administração ou dos sócios criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios e departamentos em qualquer ponto do território nacional ou exterior.

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07963730947-FILIPE MATHEUS MOCELIN:04848932971-MARCOS VINICIUS MOCELIN

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

Parágrafo único: Criada a filial, sucursal, agência, escritório ou departamento, os sócios farão inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis na sede e local onde funcionará o estabelecimento, indicando o respectivo endereço e o valor do capital que para o mesmo será destinado.

CLÁUSULA 4ª: A sociedade tem como objeto social: COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS, DE BOMBAS E COMPRESSORES; PEÇAS E PARTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.

CLÁUSULA 5ª: A empresa iniciou suas atividades em 01/09/2011 e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLÁUSULA 6ª: O Capital Social da Sociedade é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), representado por 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os sócios: (art.997, III, CC/2002 e art.1.055, CC/2002).

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
MARCOS VINICIUS MOCELIN	12.500	R$ 12.500,00	50%
FILIPE MATHEUS MOCELIN	12.500	R$ 12.500,00	50%
TOTAL	**25.000**	**R$ 25.000,00**	**100%**

CLÁUSULA 7ª: A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social (art. 1.052, CC/2002).
Parágrafo 1º: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
Parágrafo 2º: Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à sociedade.
CLÁUSULA 8ª: O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da sociedade, nos termos e na forma pela qual deliberaram em instrumento próprio.
Parágrafo 1º: Nos casos de aumento de capital, cada sócio quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião. Se qualquer sócio quotista não exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito será transferido automaticamente aos outros quotistas.
Parágrafo 2º: Para o fim de assegurar à sociedade uma perfeita integração de seus sócios na participação do capital social, e em conformidade com a intenção e vontade dos sócios, ficam, entre todos, expressamente convencionado que os atuais sócios somente poderão ceder e transferir as quotas da sociedade que detêm com a anuência dos demais sócios.
Parágrafo 3º: O sócio não poderá ceder para terceiro o direito de preferência no aumento do capital social. Somente será permitido o ingresso, para aumento do capital social, de pessoa estranha à sociedade, com deliberação da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

CLÁUSULA 9ª: Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada quota.

CLÁUSULA 10ª: As quotas da sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito as transações que as onerem.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

CLÁUSULA 11ª: Para a prática de atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fianças em favor de terceiros, e outros atos estranhos aos objetivos e negócios sociais, fica estabelecida a necessidade de anuência de todos os sócios.
CLÁUSULA 12ª: Os sócios não poderão manter, participar, ou estabelecer quaisquer vínculos com pessoa jurídica ou com pessoa natural, personificada ou não personificada, onde haja vinculação de sua quota do capital social, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA 13ª: Quando exigido em razão das atividades desenvolvidas pela sociedade, a responsabilidade técnica estará a cargo de profissional habilitado e na forma da lei.

CAPÍTULO III
CESSÃO DE QUOTAS, APURAÇÃO DE HAVERES, RETIRADA, FALECIMENTO OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA 14ª: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).
Parágrafo 1º: O sócio que pretende ceder ou transferir total ou parte de suas quotas deverá notificar aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão de quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.
Parágrafo 2º: Ficam dispensadas as formalidades e prazos do parágrafo anterior se houver concordância expressa por escrito por parte de todos os demais sócios quanto à cessão de quotas. Assim, somente será permitido o ingresso, para aumento do capital, de pessoa estranha à sociedade, com a deliberação da totalidade dos atos correspondentes ao capital social.
Parágrafo 3º: Não convindo à sociedade a transferência das quotas do sócio retirante, o capital social será diminuído do capital retirante, pagando a sociedade os haveres na forma a Cláusula 15ª.

CLÁUSULA 15ª: Os haveres do sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido, excluído, dissidente ou dos herdeiros do sócio falecido, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 72 (setenta e duas) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária calculada pela SELIC ou índice similar que preserve o valor da moeda, vencendo a primeira parcela em 60 (sessenta) dias a contar do desligamento do sócio.
Parágrafo único: Se a situação econômico-financeira da Sociedade permitir, os sócios remanescentes poderão estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no *caput*.

CLÁUSULA 16ª: A sociedade não se dissolverá pela retirada, exclusão, interdição, falência, insolvência ou impedimento de qualquer dos quotistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma disposta na Cláusula 15ª.

CLÁUSULA 17ª: A sociedade também não se dissolverá por falecimento de qualquer dos quotistas, caso em que os herdeiros ingressarão na Sociedade, respeitando a distribuição de quotas que vier a ser feita pela sucessão aos herdeiros, salvo se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da distribuição, optarem por dela se retirar obedecendo ao disposto na lei.
Parágrafo 1º: A permanência dos herdeiros na sociedade poderá ser vetada por sócios que representem a maioria do capital social, caso em que aplicar-se-á o disposto na Cláusula 15ª.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

Parágrafo 2º: Na hipótese de falecimento do sócio administrador, os sócios remanescentes exercerão a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.

CLÁUSULA 18ª: A sociedade poderá, mediante deliberação dos sócios representativa de mais da metade do Capital Social, efetuar a exclusão de qualquer sócio, mediante justa causa.
Parágrafo 1º: A deliberação de exclusão deverá ser tomada em reunião de quotistas convocada especialmente para tal fim, sendo facultado ao sócio acusado, nesta ocasião, a apresentação de defesa.
Parágrafo 2º: Entende-se como justa causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a *affectio societatis*, a violação de cláusula contratual, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou denominação social, a recusa à prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil, e incompatibilidade com os demais sócios.
Parágrafo 3º: Existindo direitos e haveres, deverá ser aplicado ao sócio excluído as disposições previstas na Cláusula 15ª.

CAPÍTULO IV
DELIBERAÇÕES SOCIAIS – REUNIÃO DE QUOTISTAS

CLÁUSULA 19ª: A Reunião ordinária dos Quotistas poderá ser realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a administração, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger e designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da sociedade.
Parágrafo único: Será dispensada a Reunião de Quotistas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria o objeto da mesma.

CLÁUSULA 20ª: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:
a) Aprovação das contas da administração;
b) A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) A destituição dos administradores;
d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) A modificação do contrato social;
f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
h) O pedido de recuperação judicial;

Parágrafo 1º: As deliberações tomadas em conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.
Parágrafo 2º: Os sócios poderão ser representados nas reuniões por outro sócio ou por ter procurador devidamente constituído em instrumento próprio, com poderes para tanto devendo dito instrumento, ser levado a registro juntamente com a Ata da Reunião.

CAPÍTULO V
ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 21ª: A sociedade é administrada pelos sócios quotistas **MARCOS VINICIUS MOCELIN** e **FILIPE MATHEUS MOCELIN** , aos quais competem, **ISOLADAMENTE**, à prática de todos os atos de gestão e administração, por mais especiais que sejam, podendo ainda representar a sociedade ativa, passiva,

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

judicial, e extrajudicial, perante órgãos públicos, instituições financeiras privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade e de empresas ligadas a esta sociedade, por participação direta no Capital Social ou por mera ligação de sócios.
Parágrafo 1º: Os administradores respondem para com a sociedade e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato e pelos atos que vier e praticar com violação da lei ou do presente contrato.
Parágrafo 2º: Para onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, será necessária a assinatura de todos os sócios nomeados no Contrato Social.
Parágrafo 3º: Faculta-se aos administradores, nos limites de seu poder, constituir mandatários da sociedade, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar.
Parágrafo 4º: No exercício da administração, os administradores poderão fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore.
Parágrafo 5º: Na hipótese de falecimento dos sócios administradores, os sócios remanescentes exercerão a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.

CLÁUSULA 22ª: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA 23ª: Fica facultada a nomeação de administrador não pertencente ao quadro societário, e de sócios em ato separado, que poderão ser substituídos a qualquer tempo nos termos do art. 1061, CC/2002.

CLÁUSULA 24ª: A sociedade poderá ser representada por procuradores mediante instrumento público ou particular e com cláusulas gerais e especiais. As procurações outorgadas pela sociedade deverão indicar, no instrumento de mandato, os respectivos poderes, o prazo de vigência, com exceção das procurações "ad judicia", as quais não terão prazo de validade fixado, e demais atos que se fizerem necessários (art. 1.018 CC). Para a outorga de Procuração será suficiente a assinatura de um dos administradores.

CAPÍTULO VI
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO, EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA 25ª: Ocorrerá dissolução da Sociedade quando houver insuficiência de capital, impossibilidade de execução do objeto social, nas hipóteses previstas na Lei, ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA 26ª: Determinada a dissolução, cumpre à Administração providenciar imediatamente a investidura do liquidante que poderá ser um dos sócios ou um terceiro, devidamente escolhido pelos sócios. Procedendo-se a liquidação da Sociedade, e uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante será partilhado entre os sócios, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

CLÁUSULA 27ª: O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, devendo o administrador, nesta ocasião, prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.
Parágrafo 1º: Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente será distribuído aos sócios e/ou usufrutuários das quotas. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

consequente redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.
Parágrafo 2º: Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros.
Parágrafo 3º: A sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 28ª: A Sociedade não terá Conselho Fiscal, sendo, portanto, vedada a sua instalação, sem prévia alteração do presente Contrato Social.

CLÁUSULA 29ª: Nos casos omissos neste contrato, a Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes às Sociedades Limitadas, constantes na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, e, terá regência supletiva, no que for aplicável pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007, do conhecimento de todos sócios, que a elas se sujeitam como se de cada uma, se fizesse aqui especial menção.

CLÁUSULA 30ª: Fica eleito o Foro da comarca de Concórdia(SC), para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato em uma via de inteiro teor, devidamente rubricada pelos sócios, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Concórdia (SC), 20 de março de 2023.

MARCOS VINICIUS MOCELIN

FILIPE MATHEUS MOCELIN

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

230663427

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	FM PECAS E MAQUINAS LTDA
PROTOCOLO	230663427 - 27/03/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205515422
CNPJ 14.233.242/0001-30
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/03/2023
SOB N: 20230663427

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20230663427

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 04848932971 - MARCOS VINICIUS MOCELIN - Assinado em 24/03/2023 às 11:27:36

Cpf: 07963730947 - FILIPE MATHEUS MOCELIN - Assinado em 24/03/2023 às 11:28:06

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 27/03/2023
Certifico o Registro em 27/03/2023 Data dos Efeitos 24/03/2023
Arquivamento 20230663427 Protocolo 230663427 de 27/03/2023 NIRE 42205515422
Nome da empresa FM PECAS E MAQUINAS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 222960061696680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

JUCESC

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: FM PECAS E MAQUINAS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42205515422	14.233.242/0001-30	02/09/2011	01/09/2011
Endereço: RUA AURELIO GUEDES, 240, INDUSTRIARIOS, CONCÓRDIA, SC - CEP: 89705082			

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS, DE BOMBAS E COMPRESSORES; PEÇAS E PARTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA E COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 25.000,00 VINTE E CINCO MIL REAIS R$ Capital integralizado: 25.000,00 VINTE E CINCO MIL REAIS	Empresa de pequeno porte	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
MARCOS VINICIUS MOCELIN 048.489.329-71	12.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MARCOS VINICIUS MOCELIN 048.489.329-71	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
FILIPE MATHEUS MOCELIN 079.637.309-47	12.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
FILIPE MATHEUS MOCELIN 079.637.309-47	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS
27/03/2023	20230663427		
Ato: 002 - ALTERAÇÃO Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO			

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX

Observação

259865788

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 14118389258829 EMITIDA: 13/01/2025 PROTOCOLO: 259865788

JUCESC

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: FM PECAS E MAQUINAS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42205515422	CNPJ 14.233.242/0001-30	Arquivamento do ato Constituitivo 02/09/2011	Inicio da atividade 01/09/2011
Endereço: RUA AURELIO GUEDES, 240, INDUSTRIARIOS, CONCÓRDIA, SC - CEP: 89705082			

FLORIANOPOLIS - SC, 13 de Janeiro de 2025

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

259865788

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 14118389258829 EMITIDA: 13/01/2025 PROTOCOLO: 259865788

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.233.242/0001-30 **MATRIZ**		**02/09/2011**

NOME EMPRESARIAL
FM PECAS E MAQUINAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RM PECAS E MAQUINAS	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R AURELIO GUEDES	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.705-082	**INDUSTRIARIOS**	**CONCORDIA**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LICITACOES@RMMAQUINAS.COM	**(49) 3442-1589**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**02/09/2011**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/01/2025** às **09:58:24** (data e hora de Brasília).

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,
Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

CNPJ/CPF	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS
14233242000130		27/08/2015

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
257745670	FM PECAS E MAQUINAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS
RM PECAS E MAQUINAS	NORMAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4661300 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
3314711 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária
4669901 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
4744001 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 20/05/2016
- Descredenciado a Emitir Nota Fiscal do Consumidor - NFC-e a partir de 28/02/2023
- Credenciado a enviar Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 01/01/2023

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA AURELIO GUEDES	240	******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89705-082	INDUSTRIARIOS	CONCÓRDIA	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LICITACOES@RMMAQUINAS.COM	49 34421589

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO desde 27/08/2015

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **16/01/2025 09:58:55** (data e hora de Brasília).

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
ISSQN e Taxas
Alvará - ALVARÁ DE LICENÇA ESPECIAL PARA ATIVIDADE SEM ESTABELECIMENTO
Código do Alvara: 53631 Código - Grupo de Geração - Alvará Emitido: 61736 Tipo - Grupo de Geração - Alvará Emitido: 20

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ
SETOR DE FISCALIZAÇÃO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CONTROLE DE EMISSÃO
35663	**15/2024**
EXERCÍCIO	DATA DE VALIDADE
2024	15/03/2025

ALVARÁ DE LICENÇA ESPECIAL PARA ATIVIDADE SEM ESTABELECIMENTO

A Prefeitura Municipal de Concórdia, concede o presente Alvará de Localização e Funcionamento conforme a Lei 1766/1981 (Código Tributário Municipal), Lei Complementar 861/2022 (Código de Posturas) e Lei Complementar 871/202 (Lei de Liberdade Econômica)

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CFP / CNPJ	RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA INÍCIO ATIVIDADE
35663	14.233.242/0001-30	0	27/03/2023

NOME / RAZÃO SOCIAL
37870 - FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

NOME FANTASIA / SOBRENOME

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA AURELIO GUEDES	240	

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	ESTADO
89.705-082	DOS INDUSTRIÁRIOS	Concórdia	SC

ATIVIDADE PRINCIPAL
4661.3/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS

ATIVIDADE SECUNDARIA(s)

4669.9/01.00	COMÉRCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES; PARTES E PEÇAS
4744.0/01.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
3314.7/11.00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL
MONTE CASTELLO CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

strições
OLERADO ENDEREÇO SOMENTE PARA CONTATO EM IMÓVEL RESIDENCIAL.

*** HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO : 6h - 22h (seg - dom)**

ESTE ALVARÁ DEVERÁ FICAR EM LOCAL VISÍVEL, SEM DOBRAS OU RASURAS

Concórdia (SC), 28 de fevereiro de 2024

Lei Complementar 871/2022, art. 12.

Lei 1766/1981 - Em conformidade com a legislação vigente, deverão ser comunicados ao Setor de Fiscalização de Tributos em prazo inferior a 20 dias, quaisquer alterações cadastrais. Em caso de encerramento de atividades no município, inerentes a esse Alvará, deverá ser requerido, em prazo inferior a 20 dias junto ao Setor de Fiscalização de Tributos, a BAIXA deste Alvará. O não cumprimento das comunicações de alterações cadastrais ou encerramento das atividades, está sujeito as penalidades previstas na Lei.

Código de Autenticidade: WIS031206-10399-CTPGXMXRGHUJ-4

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:31:44 do dia 13/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/08/2025.
Código de controle da certidão: **B5E1.F623.C377.C4CC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **FM PECAS E MAQUINAS LTDA**
CNPJ/CPF: **14.233.242/0001-30**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**250140000431996**
Data de emissão:	**01/01/2025 14:42:49**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	**30/06/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/01/2025 09:53:46

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 16/01/2025

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
ESTADO SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 1875/2025

Contribuinte

Nome/Razão:	**1237870 - FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA**		
CNPJ/CPF:	14.233.242/0001-30		
Endereço:	RUA AURELIO GUEDES, 240		
Complemento:			
Bairro:	DOS INDUSTRIÁRIOS	CEP: 89.705-082	
Cidade:	Concórdia	Estado: Santa Catarina	

Finalidade

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na internet no endereço eletrônico do município de Concórdia: www.concordia.sc.gov.br, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.

Válida por 90 dias a partir da data de emissão.

Concórdia (SC), 16 de janeiro de 2025

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.233.242/0001-30
Razão Social: FM PECAS E MAQUINAS LTDA EPP
Endereço: - RUA AURELIO GUEDES 240 - / INDUSTRIARIOS / CONCORDIA / SC / 89705-082

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/02/2025 a 26/03/2025

Certificação Número: 2025022511581847559789

Informação obtida em 06/03/2025 23:23:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FM PECAS E MAQUINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.233.242/0001-30
Certidão nº: 8334976/2025
Expedição: 13/02/2025, às 08:33:33
Validade: 12/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FM PECAS E MAQUINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.233.242/0001-30, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALêNCIA Nº: 3903272
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA
Raiz do CNPJ: 14.233.242
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : CONCORDIA
Endereço da sede : RUA AURELIO GUEDES, 240

Certidão emitida às 22:02 de 26/02/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2868628813

2 e 1 NOME E SOBRENOME: MARCOS VINICIUS MOCELIN

1ª HABILITAÇÃO: 02/03/2005

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 21/12/1986, CONCORDIA, SC

4a DATA EMISSÃO: 22/05/2024

4b VALIDADE: 21/05/2034

ACC:

D

4c ÓRGÃO EMISSOR / UF: 3614977 SSP SC

4d CPF: 048.489.329-71

5 Nº REGISTRO: 03523988902

5 CAT. HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: ROGERIO NELSON MOCELIN

IVANI TEREZINHA LIBANO MOCELIN

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		21/05/2034		D1			
AC				BE			
B		21/05/2034		C1			
B1				C1E			
C				D			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES:

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
26505415080
SC198225650

LOCAL: FLORIANOPOLIS, SC

2868628813

SANTA CATARINA

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombres y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver Licence / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número do registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Mother / Hijo(a) - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA035239889<623<<<<<<<<<<<<
8612216M3405215BRA<<<<<<<<<<<6
MARCOS<<VINICIUS<MOCELIN<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2776489367

1 FILIPE MATHEUS MOCELIN

2 08/07/2009

3 19/12/1990, CONCORDIA, SC

4a 23/04/2024

4b 22/04/2034

4c

D

4d 07963730947 SSP SC

4e 079.637.309-47

5 04693379705

6

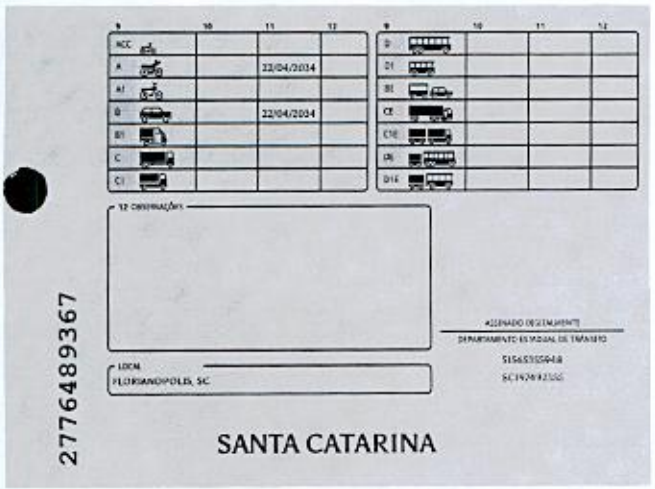
AB

9 BRASILEIRO

11 ROGERIO NELSON MOCELIN

IVANI TEREZINHA LIBANO MOCELIN

7 ASSINATURA DO PORTADOR


ACC			
A		22/04/2034	
A1			
B		22/04/2034	
B1			
C			
C1			

D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

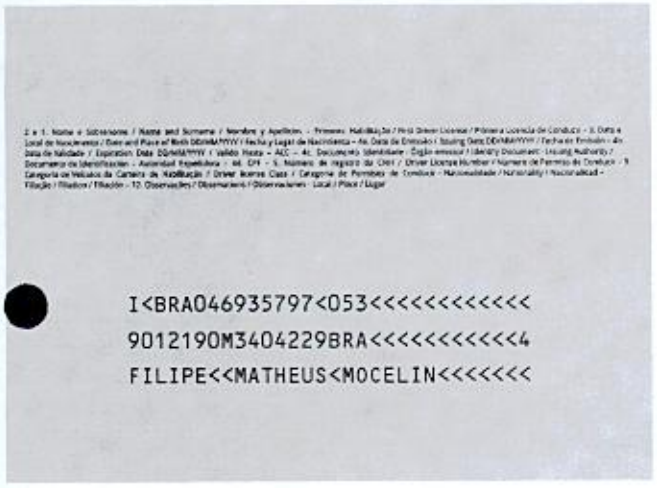
12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
SC1929432GS

LOCAL
FLORIANÓPOLIS, SC

2776489367

SANTA CATARINA


I<BRA046935797<053<<<<<<<<<<<
9012190M3404229BRA<<<<<<<<<<<4
FILIPE<<MATHEUS<MOCELIN<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **FM PECAS E MAQUINAS LTDA EPP - EPP,** inscrita no CNPJ sob o n° **14.233.242/0001-30**, com sede na AV FERNANDO MACHADO 1925D - SÃO CRISTÓVÃO, CHAPECÓ-SC, forneceu à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA, inscrita no CNPJ sob o n° 95.995.221/0001-53, com sede na RUA LAURO MULLER, 210, CENTRO, ARABUTA / SC o material abaixo descrito, sob a NF-e 8818:

Item	Especificação	UN	Quant	Preço UN.	Preço TOTAL
01	GERADOR TOYAMA TG8000CXER	UN	01	R$ 4.200,00	R$ 4.200,00
02	MOTOBOMBA BRANCO B4T 710L 5,5CV 2	UN	02	R$ 1.090,00	R$ 2.180,00
03	TRATOR CORTADOR DE GRAMA TS 138	UN	01	R$ 15.700,00	R$ 15.700,00
					Valor total: 22.080,00

Informamos ainda que a referida empresa cumpriu corretamente os requisitos de **prazo, qualidade e quantidade,** não existindo, portanto, nenhum fato que desabone sua idoneidade e capacidade técnica comercial até a presente data.

Arabutã, 24 de novembro de 2021

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Charles R. Ebeling
Charles Rodrigo Ebeling
Diretor de Administração e Fazenda

Charles Rodrigo Ebeling

Diretor de Administração e Fazenda

1° Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos - Estado de Santa Catarina
Comarca de Concórdia - Rua Marechal Deodoro N° 772, 1° Andar, Centro.
Fone: (49) 3444-9808 - balcao@tabelionatopering.com.br
Edesio Pering - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. (1148915-04608 7)-
Concórdia-SC, sexta-feira, 10 de junho de 2022.
NEUSA ROZELI ASSMANN - Escrevente
Emol. R$ 4,44 + Selo: R$ 3,11 = Total: R$ 7,55.
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - GLY67563-K829
"Confira os dados do ato em www.tjsc.jus.br/selo"
1° Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos - Concórdia - SC -

selo digital de fiscalização

Caso as informações abaixo não confiram com as apresentadas no ato consultado, favor ***dirigir-se à serventia extrajudicial que o elaborou*** *. Caso não seja possível, encaminhar uma comunicação via* ***Central de Atendimento Eletrônico - Foro Extrajudicial*** *para CGJ - Assessoria Extrajudicial.*

Atenção: Dados para simples conferência. A prática de atos jurídicos apenas terá validade com a apresentação do documento original entregue pelo cartório que o emitiu.

Autenticação de Documentos

Serventia: 1º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO, 772 1º ANDAR - ED MIRAGE | **Bairro:** CENTRO | **Município/UF:** Concórdia /SC | **Telefone(s):** **(49) 3444-9808**

E-mail: **edesio.p@tabelionatopering.com.br, anete.b@tabelionatopering.com.br** | **Cobrança:** Normal

Emolumento principal (ato): R$ 4,44 | **FRJ:** | **ISS:** R$ 0,00 | **Valor:** R$ 7,55

Data e hora da finalização do ato: 10 / 06 / 2022 - 09:30 h

Data e hora do recebimento do ato pelo TJSC: 10 / 06 / 2022 - 09:50 h

Data em que o ato foi solicitado: 10 / 06 / 2022

Ato Protocolar

Campo 'atoProtocolar' ausente.

Recibos

Número	Data	Valor Recebido
925762	10 / 06 / 2022	R$ 8,10

Solicitante

Nome: ROGERIO NELSON MOCELIN - **Data de Nascimento:** 12 / 10 / 1965

Pessoa: Física - **Estado Civil:** Casado (a) - **Profissão:** Empresário - **Nacionalidade:** Brasil - **Sexo:** Masculino

Documentos Doc. Tipo: CNH Doc. Nº: 03758528104 Órgão Emissor: DETRAN Emissão: 14 / 12 / 2015
Doc. Tipo: CPF Doc. Nº: 54249783987

Endereços Logradouro: Rua Luiz Vicari, Número: 240 Bairro: dos Industriários
Cidade/UF: Concórdia / SC CEP: 89700000

Telefones Tipo: residencial DDD: 49 Número: 9.9989-1621

Emails Tipo: pessoal Endereço:

Selo Digital

Tipo: Selo Normal
Selo Nº: GLY67563
Valor: R$ 3,11

Informações Complementares

Retificador: Não

Descrição

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

selo digital
o que é o selo digital de fiscalizaçao?

normas legais
conheça as normas que regem o uso do selo

perguntas frequentes
veja as principais dúvidas e suas respostas

Poder Judiciário de Santa Catarina - Todos os direitos reservados - 2011

CRCSC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUCAS DA FRE CERVELIN
REGISTRO.....	: SC-035599/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.048.119-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FLORIANÓPOLIS, 05/08/2024 as 18:22:41.
Válido até: 03/11/2024.
Código de Controle: 452493.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSC.

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

DECLARAÇÃO

FM PECAS E MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.233.242/0001-30, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcos Vinicius Mocelin, portador da Carteira de Identidade nº 3.614.977 SSP/SC, do CPF nº 048.489.329-71, DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) ano sem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Concórdia, 06 de março de 2025

MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-71
Sócio administrador

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

DECLARAÇÃO

FM PECAS E MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.233.242/0001-30, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcos Vinicius Mocelin, portador da Carteira de Identidade nº 3.614.977 SSP/SC, do CPF nº 048.489.329-71, declara que tem disponibilidade de suporte pós-venda e fornecimento de peças de reposição

Concórdia, 06 de março de 2025

MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971

Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-71
Sócio administrador

DocuSign Envelope ID: 38E87B06-7D69-4024-BD26-8D21A71C7F51

Husqvarna Group

DECLARAÇÃO

Pela presente, **HUSQVARNA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA FLORESTA E JARDIM LTDA.**, com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Coronel José Augusto de Oliveira Salles, s/nº, Vila Isabel, CEP 13570-820, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.098.470/0001-90 ("Husqvarna") declara, para os devidos fins, que **FM PECAS E MAQUINAS LTDA.**, com sede na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na Rua Aurelio Guedes, Bairro Industriários, CEP 89705-082 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.233.242/0001-30 ("Revenda") é, na presente data, uma revenda Husqvarna autorizada e capacitada para a comercialização em geral de produtos da Marca Husqvarna, incluindo tratores que são da Linha Giro-Zero e para prestação de serviços de assistência técnica para estes produtos.

Adicionalmente, a Husqvarna declara que não tem objeções quanto à participação da Revenda em concorrências públicas, desde que tal participação esteja em conformidade com todas as leis aplicáveis.

São Paulo, 25 de Abril de 2023.

DocuSigned by: MARIANA UTIMATI SILVA B32C19DAC868494...

DocuSigned by: Luciano Trindade 024B7B8E5C8E427...

HUSQVARNA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA FLORESTA E JARDIM LTDA.

MARIANA UTIMATI SILVA Luciano Trindade

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI

FM PECAS E MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.233.242/0001-30, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcos Vinicius Mocelin, portador da Carteira de Identidade nº 3.614.977 SSP/SC, do CPF nº 048.489.329-71 e de seu Contador Responsável LUCAS DÁ FRÉ CERVELIN portador do CRC nº SC-035599/O-1 DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006;
(X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3° da lei Complementar n° 123/2006.
( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar 1479/2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

Concórdia, 06 de março de 2025

MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-17
Sócio administrador

LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946
Assinado de forma digital por LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946
Dados: 2025.01.07 11:40:36 -03'00'

LUCAS DÁ FRÉ CERVELIN
Contador
SC-035599/O-1
CPF: 065.048.119-46

Husqvarna Group

ESPECIFICAÇÕES MZ54



Trator GIRO ZERO para corte de grama profissional e intensivo em grandes áreas verdes, com Robusta Plataforma de corte feita de chapas de aço soldadas e de alta durabilidade, oferece qualidade de corte superior em altas velocidades. Área de corte de **100 Mil m²,** com motor 4 tempos, **2 (dois) cilindros**, combustível gasolina, potência de **24 hp**, cilindrada **726 cm³**, arrefecimento a ar, gerador 15A, capacidade do tanque de combustível de **18,9 L**- 1 tanque lateral, tamanho do pneu dianteiro **13x6,5x6 polegadas** , tamanho do pneu traseiro **22x10x10 polegadas**. Acionamento das lâminas por embreagem elétrica, tipo de transmissão hidrostática, deslocamento da bomba **10 cmt,** reservatório de óleo do motor de **2,1 l.** Velocidade máxima à frente de **13,7 km/h**, produtividade média **11.275 m²/h**. Largura de corte **137 cm**, método de corte: descarte lateral, dependendo do acessório acoplado ao equipamento poderá ser do modo Reciclador ou Coletor. Espessura da plataforma de corte **3,0 mm, 13 (treze)** posições de altura de corte, **3 (três)** lâminas, velocidade da lâmina **94,0 m/s, 4 (quatro) rodízios maciços** que se ajustam às imperfeições do terreno, sistema de elevação do deck manual ativado com o pé, tipo de eixo/mandril ferro fundido, altura de corte mínimo **de 1,5 polegadas (3,81 cm) e máximo 4,5 polegadas (11,43 cm).**

Marca **Husqvarna** Modelo: **MZ54**

Departamento de Produtos - Husqvarna Floresta & Jardim.

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

INDICES

LG =
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$ILG = \frac{1.020.424,69+0,00}{314.074,46+0,00} = 3,24$$

LC =
Ativo Circulante
Passivo Circulante

$$ILC = \frac{1.020.424,69}{314.074,46} = 3,24$$

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

SG =
Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{1.278.525,31}{314.074,46+0,00} = 4,07$$

ET =
Passivo Circulante + ELP Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo total

$$ET = \frac{314.074,46+0,00}{1.278.525,31} = 0,24$$

IE =
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Patrimonio Liquido

$$IE = \frac{314.074,46+0,00}{964.450,85} = 0,32$$

MARCOS VINICIUS MOCELIN: 04848932971

Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN: 04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-17
Sócio administrador

LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946

Assinado de forma digital por LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946
Dados: 2024.08.08 17:16:12 -03'00'

LUCAS DÁ FRÉ CERVELIN
Contador
SC-035599/O-1
CPF: 065.048.119-46

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

INDICES

LG =
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$ILG = \frac{2.665.695,90+917.101,55}{530.797,89+949.000,00} = 2,42$$

LC =
Ativo Circulante
Passivo Circulante

$$ILC = \frac{2.665.695,90}{530.797,89} = 5,02$$

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

SG =
Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{3.816.334,75}{530.797,89+949.000,00} = 2,57$$

ET =
Passivo Circulante + ELP Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo total

$$ET = \frac{530.797,89+0,00}{3.816.334,75} = 0,13$$

IE =
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Patrimonio Liquido

$$IE = \frac{530.797,89+949.000,00}{2.336.536,86} = 0,63$$

MARCOS VINICIUS MOCELIN: 04848932971
Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN: 04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-17
Sócio administrador

LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946
Assinado de forma digital por LUCAS DA FRE CERVELIN:06504811946
Dados: 2024.08.08 17:21:39 -03'00'

LUCAS DÁ FRÉ CERVELIN
Contador
SC-035599/O-1
CPF: 065.048.119-46

FM PECAS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 14.233.242/0001-30
IE: 257.745.670– IM: 35663
Rua Aurelio Guedes, Nº 240
Bairro Industriários
Concordia – SC - CEP 89705-082
Fone: (49) 3442-1589
E-mail: licitacoes@rmmaquinas.com
Banco do Brasil 001 - Ag 0410-3 - CC 63658-4

PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

Item	Descrição	Quant	UN	Marca	Valor UN	Valor Total
01	TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador,descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP; Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia; Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h. Direção: Hidrostática; Altura desde a base do equipamento: 106,68cm; Comprimento desde a base do equipamento: 191,77cm; Área de corte recomendada: 100.000m²; Produtividade média: 11261 m²/h;	001	UN	Husqvarna MZ54	R$ 54.700,00	R$ 54.700,00

Prazo de Entrega: 30 dias (corridos), contados a partir do recebimento da ordem de compra.
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Concórdia, 06 de março de 2025

MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Assinado digitalmente por MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Marcos Vinicius Mocelin
RG 3.614.977 SSP/SC - CPF 048.489.329-71
Sócio Administrador

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

MOVIMENTOS DO PROCESSO

30/01/2025 11:22:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
30/01/2025 15:01:44	**CADASTRO DE PROPOSTA**	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
07/02/2025 15:16:53	**CADASTRO DE PROPOSTA**	T3 THIRTY THREE LTDA
[redacted]2/2025 20:03:11	**CADASTRO DE PROPOSTA**	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL
13/02/2025 21:56:46	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL
14/02/2025 13:46:42	**CADASTRO DE PROPOSTA**	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA
14/02/2025 16:10:52	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA
14/02/2025 17:23:46	**CADASTRO DE PROPOSTA**	G Z MENEGUSSO LTDA
16/02/2025 17:51:01	**CADASTRO DE PROPOSTA**	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA
16/02/2025 19:04:28	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CATIANO AZEREDO OTT
16/02/2025 19:06:40	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CATIANO AZEREDO OTT
16/02/2025 22:05:56	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BOSS COMERCIO LTDA
16/02/2025 22:37:53	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DIOGO EMANUEL KUHN - ME
16/02/2025 23:21:33	**CADASTRO DE PROPOSTA**	FM PECAS E MAQUINAS LTDA
17/02/2025 07:58:09	**CADASTRO DE PROPOSTA**	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
17/02/2025 08:47:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia senhores conforme termo de referencia o equipamento deverá possuir coletor		

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

[redacted]

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 46.000,00 **Valor Total:** 46.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	165	38.029.650/0001-32	66.000,00	46.000,00		Sim
2	G Z MENEGUSSO LTDA	512	47.358.786/0001-87	66.166,00	47.099,99	2,39	Sim
3	CATIANO AZEREDO OTT	739	42.554.366/0001-52	66.160,00	47.810,00	1,51	Sim
4	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	912	32.144.229/0001-96	66.166,00	48.000,00	0,40	Sim
5	FM PECAS E MAQUINAS LTDA	247	14.233.242/0001-30	66.165,00	54.700,00	13,96	Sim
6	BOSS COMERCIO LTDA	738	52.476.533/0001-48	66.000,00	54.790,00	0,16	Sim
7	DIOGO EMANUEL KUHN - ME	765	36.374.350/0001-65	66.152,00	55.384,98	1,09	Sim
8	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	474	82.028.002/0001-53	66.166,00	57.994,97	4,71	Sim

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

9	META COMERCIO DE FERRAGENS E	283	27.518.373/0001-05	66.160,00	65.999,91	13,80	Sim
10	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL	770	53.953.936/0001-01	66.166,00	65.999,92	0,00	Sim
11	T3 THIRTY THREE LTDA	923	49.593.356/0001-75	66.000,00	66.000,00	0,00	Sim
12	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS	218	26.166.156/0001-30	120.000,00	120.000,00	81,82	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

30/01/2025 11:35:44	PUBLICADO		
30/01/2025 15:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
[redacted]2/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
17/02/2025 09:00:15	DISPUTA		
17/02/2025 09:00:15	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	66.160,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	66.165,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	66.160,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 218)	120.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	T3 THIRTY THREE LTDA (PARTICIPANTE 923)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	66.000,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	66.166,00
17/02/2025 09:00:15	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	66.152,00
17/02/2025 09:00:29	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.999,99
[redacted]2/2025 09:00:43	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.994,99
17/02/2025 09:00:46	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.994,98
17/02/2025 09:00:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.994,98
17/02/2025 09:00:50	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.989,98
17/02/2025 09:00:52	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.989,97
17/02/2025 09:00:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.989,97
17/02/2025 09:00:56	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.984,97
17/02/2025 09:00:58	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.984,96
17/02/2025 09:00:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.984,96
17/02/2025 09:01:05	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.984,95
17/02/2025 09:01:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.984,95
17/02/2025 09:01:09	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.979,96
17/02/2025 09:01:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.979,95
17/02/2025 09:01:16	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.979,95
17/02/2025 09:01:26	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.974,95
17/02/2025 09:01:27	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.979,94
17/02/2025 09:01:30	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.979,94

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:01:36	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.974,94
17/02/2025 09:01:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.974,93
17/02/2025 09:01:42	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.974,92
17/02/2025 09:01:42	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.969,93
17/02/2025 09:01:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.969,92
17/02/2025 09:01:47	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.969,91
17/02/2025 09:01:48	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.964,92
17/02/2025 09:01:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.964,91
17/02/2025 09:01:53	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.964,90
17/02/2025 09:01:53	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.959,91
17/02/2025 09:01:55	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.959,90
17/02/2025 09:01:59	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.959,89
[redacted]2/2025 09:01:59	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.954,90
17/02/2025 09:02:01	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.954,89
17/02/2025 09:02:04	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.954,88
17/02/2025 09:02:05	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.949,89
17/02/2025 09:02:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.949,88
17/02/2025 09:02:10	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.949,87
17/02/2025 09:02:11	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.944,88
17/02/2025 09:02:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.944,87
17/02/2025 09:02:16	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.944,86
17/02/2025 09:02:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.939,87
17/02/2025 09:02:18	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.939,86
17/02/2025 09:02:21	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.939,85
17/02/2025 09:02:23	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.934,85
17/02/2025 09:02:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.934,84
17/02/2025 09:02:27	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.934,83
[redacted]2/2025 09:02:28	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.929,83
17/02/2025 09:02:30	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.929,82
17/02/2025 09:02:33	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.929,81
17/02/2025 09:02:34	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.924,81
17/02/2025 09:02:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.924,80
17/02/2025 09:02:39	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.924,79
17/02/2025 09:02:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	65.919,79
17/02/2025 09:02:41	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	65.919,78
17/02/2025 09:02:44	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	65.000,00
17/02/2025 09:02:44	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	65.919,77
17/02/2025 09:02:46	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	64.995,00
17/02/2025 09:02:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	64.994,99
17/02/2025 09:02:50	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	64.994,98
17/02/2025 09:02:51	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	64.000,00
17/02/2025 09:02:52	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	64.989,98
17/02/2025 09:02:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	63.999,99
17/02/2025 09:02:56	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	63.999,98

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:02:57	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	63.994,98
17/02/2025 09:02:58	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	62.000,00
17/02/2025 09:02:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	61.999,99
17/02/2025 09:03:02	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	61.999,98
17/02/2025 09:03:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	61.994,98
17/02/2025 09:03:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	61.994,97
17/02/2025 09:03:05	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	60.000,00
17/02/2025 09:03:07	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.999,99
17/02/2025 09:03:09	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.994,99
17/02/2025 09:03:10	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.994,98
17/02/2025 09:03:13	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	64.900,00
17/02/2025 09:03:13	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.994,97
[redacted]2/2025 09:03:14	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.989,97
17/02/2025 09:03:15	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.989,96
17/02/2025 09:03:19	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.989,95
17/02/2025 09:03:20	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.984,95
17/02/2025 09:03:21	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	59.984,94
17/02/2025 09:03:24	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	59.984,93
17/02/2025 09:03:26	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	59.979,93
17/02/2025 09:03:27	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	58.000,00
17/02/2025 09:03:30	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	57.999,99
17/02/2025 09:03:32	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.994,99
17/02/2025 09:03:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.994,98
17/02/2025 09:03:36	LANCE	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA (PARTICIPANTE 474)	57.994,97
17/02/2025 09:03:38	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.989,97
17/02/2025 09:03:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.989,96
17/02/2025 09:03:43	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.984,96
[redacted]2/2025 09:03:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.984,95
17/02/2025 09:03:49	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.979,95
17/02/2025 09:03:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.979,94
17/02/2025 09:03:55	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.974,94
17/02/2025 09:03:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.974,93
17/02/2025 09:04:00	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.969,93
17/02/2025 09:04:01	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.969,92
17/02/2025 09:04:07	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.964,92
17/02/2025 09:04:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.964,91
17/02/2025 09:04:16	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	57.500,00
17/02/2025 09:04:19	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.495,00
17/02/2025 09:04:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.499,99
17/02/2025 09:04:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.494,99
17/02/2025 09:04:30	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.489,99
17/02/2025 09:04:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.489,98
17/02/2025 09:04:42	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.484,98
17/02/2025 09:04:48	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.484,97

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:04:53	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.479,97
17/02/2025 09:04:59	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.479,96
17/02/2025 09:05:05	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.474,96
17/02/2025 09:05:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.474,95
17/02/2025 09:05:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.469,95
17/02/2025 09:05:22	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.469,94
17/02/2025 09:05:28	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.464,94
17/02/2025 09:05:34	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.464,93
17/02/2025 09:05:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.459,93
17/02/2025 09:05:46	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.459,92
17/02/2025 09:05:52	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.454,92
17/02/2025 09:05:57	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.454,91
[illegible]2/2025 09:06:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.449,91
17/02/2025 09:06:11	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.449,90
17/02/2025 09:06:14	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.444,90
17/02/2025 09:06:21	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.444,89
17/02/2025 09:06:27	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.439,89
17/02/2025 09:06:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.439,88
17/02/2025 09:06:38	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.434,88
17/02/2025 09:06:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.434,87
17/02/2025 09:06:47	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	66.159,00
17/02/2025 09:06:50	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.429,87
17/02/2025 09:06:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.429,86
17/02/2025 09:07:01	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.424,86
17/02/2025 09:07:08	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.424,85
17/02/2025 09:07:11	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	63.800,00
17/02/2025 09:07:13	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.419,85
[illegible]2/2025 09:07:20	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.419,84
17/02/2025 09:07:25	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.414,84
17/02/2025 09:07:31	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.414,83
17/02/2025 09:07:36	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.409,83
17/02/2025 09:07:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.409,82
17/02/2025 09:07:48	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.404,82
17/02/2025 09:07:55	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	57.404,81
17/02/2025 09:08:00	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	57.399,81
17/02/2025 09:08:03	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	57.000,00
17/02/2025 09:08:06	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.995,00
17/02/2025 09:08:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.999,99
17/02/2025 09:08:12	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.994,99
17/02/2025 09:08:17	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.989,99
17/02/2025 09:08:17	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
17/02/2025 09:08:18	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.989,98
17/02/2025 09:08:23	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.984,98
17/02/2025 09:08:24	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.984,97

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:08:29	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.979,97
17/02/2025 09:08:35	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.979,96
17/02/2025 09:08:37	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.800,00
17/02/2025 09:08:38	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	57.900,00
17/02/2025 09:08:40	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	56.795,00
17/02/2025 09:08:41	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	56.799,99
17/02/2025 09:08:42	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	56.000,00
17/02/2025 09:08:46	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.995,00
17/02/2025 09:08:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.999,99
17/02/2025 09:08:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.994,99
17/02/2025 09:09:03	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.989,99
17/02/2025 09:09:04	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	55.900,00
[redacted]2/2025 09:09:07	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	55.800,00
17/02/2025 09:09:10	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.795,00
17/02/2025 09:09:10	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.799,99
17/02/2025 09:09:16	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.794,99
17/02/2025 09:09:22	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.789,99
17/02/2025 09:09:27	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.789,98
17/02/2025 09:09:28	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.500,00
17/02/2025 09:09:29	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	55.400,00
17/02/2025 09:09:33	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.399,99
17/02/2025 09:09:33	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.395,00
17/02/2025 09:09:34	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	56.200,00
17/02/2025 09:09:39	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.394,99
17/02/2025 09:09:44	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.389,99
17/02/2025 09:09:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	55.389,98
17/02/2025 09:09:52	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	54.900,00
[redacted]2/2025 09:09:56	LANCE	DIOGO EMANUEL KUHN - ME (PARTICIPANTE 765)	55.384,98
17/02/2025 09:10:02	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	54.899,99
17/02/2025 09:10:04	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	54.000,00
17/02/2025 09:10:09	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	53.999,99
17/02/2025 09:10:26	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,99
17/02/2025 09:10:30	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	53.000,00
17/02/2025 09:10:32	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.999,99
17/02/2025 09:10:38	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	53.900,00
17/02/2025 09:10:50	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.800,00
17/02/2025 09:10:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.799,99
17/02/2025 09:11:25	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.750,00
17/02/2025 09:11:26	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.749,99
17/02/2025 09:11:37	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.740,00
17/02/2025 09:11:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.739,99
17/02/2025 09:11:51	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.730,00
17/02/2025 09:11:56	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.729,99
17/02/2025 09:12:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.500,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:12:08	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	52.499,99
17/02/2025 09:12:19	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	52.490,00
17/02/2025 09:12:22	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	52.000,00
17/02/2025 09:12:25	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.999,99
17/02/2025 09:12:31	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.999,00
17/02/2025 09:12:37	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.998,99
17/02/2025 09:12:41	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.900,00
17/02/2025 09:12:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.899,99
17/02/2025 09:12:47	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,98
17/02/2025 09:12:50	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.990,00
17/02/2025 09:12:50	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.500,00
17/02/2025 09:12:54	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.499,99
[redacted]2/2025 09:13:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	51.400,00
17/02/2025 09:13:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	51.399,99
17/02/2025 09:13:07	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	51.000,00
17/02/2025 09:13:11	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	54.800,00
17/02/2025 09:13:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.999,99
17/02/2025 09:13:29	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,97
17/02/2025 09:13:31	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.900,00
17/02/2025 09:13:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.899,99
17/02/2025 09:13:41	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	50.800,00
17/02/2025 09:13:47	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.799,99
17/02/2025 09:13:49	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.400,00
17/02/2025 09:13:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.399,99
17/02/2025 09:13:59	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	50.300,00
17/02/2025 09:14:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	50.299,99
17/02/2025 09:14:06	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	50.390,00
[redacted]2/2025 09:14:26	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,96
17/02/2025 09:14:27	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,95
17/02/2025 09:14:38	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	49.000,00
17/02/2025 09:14:43	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,94
17/02/2025 09:14:44	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.999,99
17/02/2025 09:15:03	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,93
17/02/2025 09:15:15	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.950,00
17/02/2025 09:15:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.949,99
17/02/2025 09:15:19	LANCE	BOSS COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 738)	54.790,00
17/02/2025 09:15:25	LANCE	53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL (PARTICIPANTE 770)	65.999,92
17/02/2025 09:15:35	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.900,00
17/02/2025 09:15:36	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.899,99
17/02/2025 09:15:47	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.800,00
17/02/2025 09:15:53	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.799,99
17/02/2025 09:16:02	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.700,00
17/02/2025 09:16:05	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.699,99
17/02/2025 09:16:19	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.650,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:16:22	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.649,99
17/02/2025 09:16:36	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	48.500,00
17/02/2025 09:16:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.640,00
17/02/2025 09:16:39	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.499,99
17/02/2025 09:16:46	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.400,00
17/02/2025 09:16:50	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.399,99
17/02/2025 09:17:05	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.300,00
17/02/2025 09:17:07	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	48.299,99
17/02/2025 09:17:16	LANCE	R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 912)	48.000,00
17/02/2025 09:17:19	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.999,99
17/02/2025 09:17:20	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	48.250,00
17/02/2025 09:17:26	LANCE	FM PECAS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 247)	54.700,00
[redacted]2/2025 09:17:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.950,00
17/02/2025 09:17:43	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.949,99
17/02/2025 09:17:51	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.940,00
17/02/2025 09:17:54	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.939,99
17/02/2025 09:18:03	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.930,00
17/02/2025 09:18:06	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.929,99
17/02/2025 09:18:14	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	47.900,00
17/02/2025 09:18:17	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.899,99
17/02/2025 09:18:27	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.920,00
17/02/2025 09:18:39	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.849,00
17/02/2025 09:18:40	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.848,99
17/02/2025 09:18:59	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.840,00
17/02/2025 09:19:04	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.839,99
17/02/2025 09:19:22	LANCE	CATIANO AZEREDO OTT (PARTICIPANTE 739)	47.810,00
17/02/2025 09:19:23	LANCE	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	65.999,91
[redacted]2/2025 09:19:27	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.809,99
17/02/2025 09:19:28	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.830,00
17/02/2025 09:19:36	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.700,00
17/02/2025 09:19:38	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.699,99
17/02/2025 09:20:12	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.600,00
17/02/2025 09:20:13	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.599,99
17/02/2025 09:20:23	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.500,00
17/02/2025 09:20:25	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.499,99
17/02/2025 09:20:32	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.300,00
17/02/2025 09:20:37	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.299,99
17/02/2025 09:20:43	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.200,00
17/02/2025 09:20:48	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.199,99
17/02/2025 09:20:54	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	47.100,00
17/02/2025 09:21:00	LANCE	G Z MENEGUSSO LTDA (PARTICIPANTE 512)	47.099,99
17/02/2025 09:21:11	LANCE	M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA (PARTICIPANTE 165)	46.000,00
17/02/2025 09:23:11	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

17/02/2025 09:23:11 HABILITAÇÃO

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

TOTAL DO PROCESSO: **46.000,00**

M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA **38.029.650/0001-32** **46.000,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 165 Lance: 46.000,00 **Total: 46.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 66.166,00 **Valor Unit.: 46.000,00** Total Item: 46.000,00

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 66.166,00

Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.

Autor	Marca/Modelo	Valor
CATIANO AZEREDO OTT	Husqvana / TS148 COM COLETOR	66.160,00
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Husqvarna Z248F / Husqvarna Z248F	120.000,00
G Z MENEGUSSO LTDA	TOYAMA / TOYAMA	66.166,00
53.953.936 MARCELO DOS ANJOS LEAL	Husqvarna / MZ 54	66.166,00
DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	TEKNA / 17AREACM342	66.166,00
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	Husqvarna / MZ54	66.000,00
BOSS COMERCIO LTDA	Toyama / 17AREACM342	66.000,00
DIOGO EMANUEL KUHN - ME	TOYAMA DO BRASIL / GIRO ZERO - 17AREACM342	66.152,00
R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	HUSQVARNA / MZ54	66.166,00
T3 THIRTY THREE LTDA	HUSQVARNA / 24 HP	66.000,00
META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	propria / proria	66.160,00
FM PECAS E MAQUINAS LTDA	Husqvarna / MZ54	66.165,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

LOTE 1 - ADJUDICADO - 13/03/2025 08:55:36
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54
Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 54.700,00 **Valor Total:** 54.700,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	FM PECAS E MAQUINAS LTDA	247	14.233.242/0001-30	66.165,00	54.700,00		Sim
2	BOSS COMERCIO LTDA	738	52.476.533/0001-48	66.000,00	54.790,00	0,16	Sim
3	DIOGO EMANUEL KUHN - ME	765	36.374.350/0001-65	66.152,00	55.384,98	1,09	Sim
4	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	474	82.028.002/0001-53	66.166,00	57.994,97	4,71	Sim
5	META COMERCIO DE FERRAGENS E	283	27.518.373/0001-05	66.160,00	65.999,91	13,80	Sim
6	LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	770	53.953.936/0001-01	66.166,00	65.999,92	0,00	Sim
7	T3 THIRTY THREE LTDA	923	49.593.356/0001-75	66.000,00	66.000,00	0,00	Sim
8	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS	218	26.166.156/0001-30	120.000,00	120.000,00	81,82	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
G Z MENEGUSSO LTDA	512	47.358.786/0001-87	66.166,00	47.099,99		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	165	38.029.650/0001-32	66.000,00	46.000,00		Sim
CATIANO AZEREDO OTT	739	42.554.366/0001-52	66.160,00	47.810,00	3,9348	Sim
R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	912	32.144.229/0001-96	66.166,00	48.000,00	0,3974	Sim

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Administrativo Nº 10/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 30/01/2025 11:35:44

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 13/03/2025 08:55:43
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Husqvarna Modelo: MZ54
Descrição: TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Acionamento das lâminas: embreagem elétrica; Métodos de corte: coletor, reciclador, descarte; Rodas que se ajustam às imperfeições do terreno: 4; Material da plataforma de corte: em aço; Três lâminas; Velocidade da lâmina: 93,9 m/s; Sistema de elevação do deck: Manual, ativado com o pé; Material do eixo: Ferro fundido. Motor Potência mínima: 24HP;Cilindros: 2; Deslocamento do cilindro: 726cm³; Resfriamento do motor: a ar; Tipo de lubrificante: pressão cheia;Tipo de combustível: gasolina; Volume mínimo do tanque de combustível: 15 Litros; Localização do tanque de combustível: lateral; Velocidade máxima: 13,7 km/h.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 54.700,00 **Valor Total:** 54.700,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	FM PECAS E MAQUINAS LTDA	247	14.233.242/0001-30	66.165,00	54.700,00		Sim
2	BOSS COMERCIO LTDA	738	52.476.533/0001-48	66.000,00	54.790,00	0,16	Sim
3	DIOGO EMANUEL KUHN - ME	765	36.374.350/0001-65	66.152,00	55.384,98	1,09	Sim
4	DISMAFE FERRAMENTAS LTDA	474	82.028.002/0001-53	66.166,00	57.994,97	4,71	Sim
5	META COMERCIO DE FERRAGENS E	283	27.518.373/0001-05	66.160,00	65.999,91	13,80	Sim
6	LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	770	53.953.936/0001-01	66.166,00	65.999,92	0,00	Sim
7	T3 THIRTY THREE LTDA	923	49.593.356/0001-75	66.000,00	66.000,00	0,00	Sim
8	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS	218	26.166.156/0001-30	120.000,00	120.000,00	81,82	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
G Z MENEGUSSO LTDA	512	47.358.786/0001-87	66.166,00	47.099,99		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA	165	38.029.650/0001-32	66.000,00	46.000,00		Sim
CATIANO AZEREDO OTT	739	42.554.366/0001-52	66.160,00	47.810,00	3,9348	Sim
R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA	912	32.144.229/0001-96	66.166,00	48.000,00	0,3974	Sim

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

BLL COMPRAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Adm: Nº 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais): FM PECAS E MAQUINAS LTDA (14233242000130) com os lotes: 1 no valor total de **R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).**

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 13 de março de 2025

VANESSA MACAGNAN ACUNHA DENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

BLL COMPRAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Processo Adm: Nº 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais): **FM PECAS E MAQUINAS LTDA** (14233242000130) com os lotes: **1 no valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).**

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025
Processo Administrativo N° 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

- **FM PECAS E MAQUINAS LTDA - CNPJ N° 14.233.242/0001-30**

LOTE	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **ACIONAMENTO DAS LÂMINAS:** EMBREAGEM ELÉTRICA; **MÉTODOS DE CORTE:** COLETOR, RECICLADOR, DESCARTE; RODAS QUE SE AJUSTAM ÀS IMPERFEIÇÕES DO TERRENO: 4; **MATERIAL DA PLATAFORMA DE CORTE:** EM AÇO; TRÊS LÂMINAS; **VELOCIDADE DA LÂMINA:** 93,9 M/S; **SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO DECK:** MANUAL, ATIVADO COM O PÉ; **MATERIAL DO EIXO:** FERRO FUNDIDO. **MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA:** 24HP; **CILINDROS:** 2; **DESLOCAMENTO DO CILINDRO:** 726CM³; **RESFRIAMENTO DO MOTOR:** A AR;	HUSQVARNA/ MZ54	R$ 54.700,00	R$ 54.700,00

		TIPO DE LUBRIFICANTE: PRESSÃO CHEIA; **TIPO DE COMBUSTÍVEL:** GASOLINA; **VOLUME MÍNIMO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** 15 LITROS; **LOCALIZAÇÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** LATERAL; **VELOCIDADE MÁXIMA:** 13,7 KM/H. **DIREÇÃO:** HIDROSTÁTICA; **ALTURA DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 106,68CM; **COMPRIMENTO DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 191,77CM; **ÁREA DE CORTE RECOMENDADA:** 100.000M²; **PRODUTIVIDADE MÉDIA:** 11261 M²/H;			

Valor total do fornecedor: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

- **DESCLASSIFICADOS/INABILITADOS**

R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA - CNPJ N° 32.144.229/0001-96

M2TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA - CNPJ N° 38.029.650/0001-32

CATIANO AZEREDO OTT - CNPJ N° 42.554.366/0001-52

G Z MENEGUSSO LTDA - CNPJ N° 47.358.786/0001-87

Três Barras do Paraná, 13 de **março de 2025.**

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

Processo Administrativo N° 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais): **FM PECAS E MAQUINAS LTDA** (14233242000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

Processo Administrativo N° 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais): **FM PECAS E MAQUINAS LTDA - CNPJ N°** 14.233.242/0001-30 com os lotes: 1 no valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei N° 14.133/21 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° 34/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, Centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° 409.XXX.XXX-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.XXX.XXX-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Aurélio Guedes, N° 240, Bairro Industriários, na cidade de Concórdia/SC, CEP 89705-082, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 14.233.242/0001-30, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, **MARCOS VINICIUS MOCELIN**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o N° XXX.489.329-XX, portador da Cédula de Identidade N° X.614.XXX SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes, N° 54, Edifício Infinity Tower, apto 902, Bairro Centro, no Município de Concórdia/SC, CEP 89700-150, doravante designado **CONTRATADO**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal N° 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 05/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO.**

PARAGRAFO SEGUNDO – O equipamento deverá atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O equipamento deverá ser entregue em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

LOTE	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **ACIONAMENTO DAS LÂMINAS:** EMBREAGEM ELÉTRICA; **MÉTODOS DE CORTE:** COLETOR, RECICLADOR, DESCARTE; RODAS QUE SE AJUSTAM ÀS IMPERFEIÇÕES DO TERRENO: 4; **MATERIAL DA PLATAFORMA DE CORTE:** EM AÇO; TRÊS LÂMINAS; **VELOCIDADE DA LÂMINA:** 93,9 M/S; **SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO DECK:** MANUAL, ATIVADO COM O PÉ;	HUSQVARNA/ MZ54	R$ 54.700,00	R$ 54.700,00

		MATERIAL DO EIXO: FERRO FUNDIDO. **MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA:** 24HP; **CILINDROS:** 2; **DESLOCAMENTO DO CILINDRO:** 726CM³; **RESFRIAMENTO DO MOTOR:** A AR; **TIPO DE LUBRIFICANTE:** PRESSÃO CHEIA; **TIPO DE COMBUSTÍVEL:** GASOLINA; **VOLUME MÍNIMO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** 15 LITROS; **LOCALIZAÇÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** LATERAL; **VELOCIDADE MÁXIMA:** 13,7 KM/H. **DIREÇÃO:** HIDROSTÁTICA; **ALTURA DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 106,68CM; **COMPRIMENTO DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 191,77CM; **ÁREA DE CORTE RECOMENDADA:** 100.000M²; **PRODUTIVIDADE MÉDIA:** 11261 M²/H;			

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.1.001.000.4.4.90.52.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO UNITÁRIO, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corridos**, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de compra emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir

materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) Multa Compensatória para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará

fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO NONO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10%

(dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF N° 000.XXX.XXX-95;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) Sr. DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe da Divisão de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

b) JANDIRA SCHLLEMER, Assistente Administrativo, CPF N° 729.232.969-15, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARCOS VINICIUS MOCELIN:04848932971

FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA
MARCOS VINICIUS MOCELIN
Representante Legal
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° 034/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO
PARTES:	Município de Três Barras do Paraná e FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA
FUNDAMENTO:	Lei Federal N° 14.133/21 e Pregão Eletrônico N° 05/2025
VALOR:	R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA:	O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025
Processo Administrativo N° 10/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

FM PECAS E MAQUINAS LTDA - CNPJ N° 14.233.242/0001-30

LOTE	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:** **ACIONAMENTO DAS LÂMINAS:** EMBREAGEM ELÉTRICA; **MÉTODOS DE CORTE:** COLETOR, RECICLADOR, DESCARTE; RODAS QUE SE AJUSTAM ÀS IMPERFEIÇÕES DO TERRENO: 4; **MATERIAL DA PLATAFORMA DE CORTE:** EM AÇO; TRÊS LÂMINAS; **VELOCIDADE DA LÂMINA:** 93,9 M/S; **SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO DECK:** MANUAL, ATIVADO COM O PÉ; **MATERIAL DO EIXO:** FERRO FUNDIDO. **MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA:** 24HP; **CILINDROS:** 2; **DESLOCAMENTO DO CILINDRO:** 726CM³; **RESFRIAMENTO DO MOTOR:** A AR; **TIPO DE LUBRIFICANTE:** PRESSÃO CHEIA; **TIPO DE COMBUSTÍVEL:** GASOLINA; **VOLUME MÍNIMO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** 15 LITROS; **LOCALIZAÇÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL:** LATERAL; **VELOCIDADE MÁXIMA:** 13,7 KM/H; **DIREÇÃO:** HIDROSTÁTICA; **ALTURA DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 106,68CM; **COMPRIMENTO DESDE A BASE DO EQUIPAMENTO:** 191,77CM; **ÁREA DE CORTE RECOMENDADA:** 100.000M²; **PRODUTIVIDADE MÉDIA:** 11261 M²/H;	HUSQVARNA/ MZ54	R$ 54.700,00	R$ 54.700,00

Valor total do fornecedor: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

DESCLASSIFICADOS/INABILITADOS
R4 MAQUINAS E VEICULOS LTDA - CNPJ N° 32.144.229/0001-96
[illegible]TEC ASSISTENCIA TECNICA LTDA - CNPJ N° 38.029.650/0001-32
[illegible]TIANO AZEREDO OTT - CNPJ N° 42.554.366/0001-52
G Z MENEGUSSO LTDA - CNPJ N° 47.358.786/0001-87

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:60F738F5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municipios do Paraná no dia 14/03/2025. Edição 3235
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025
Processo Administrativo N° 10/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00(cinquenta e quatro mil e setecentos reais):**FM PECAS E MAQUINAS LTDA**(14233242000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:E8C87796

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municipios do Paraná no dia 14/03/2025. Edição 3235
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

Processo Administrativo Nº 10/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO

Empresas vencedoras valor total: R$ 54.700,00(cinquenta e quatro mil e setecentos reais):**FM PECAS E MAQUINAS LTDA - CNPJ Nº** 14.233.242/0001-30 com os lotes: 1 no valor total de R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Nº 14.133/21 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Três Barras do Paraná, 13 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:A16523BA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municipios do Paraná no dia 14/03/2025. Edição 3235
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS
Nº 034/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA
FUNDAMENTO: Lei Federal Nº 14.133/21 e Pregão Eletrônico Nº 05/2025
VALOR: R$ 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:1D7B3BD6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/03/2025. Edição 3235
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/